



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

CARLOS EDUARDO GUIMARÃES NASCIMENTO

RÁDIO COMO INSTRUMENTO EDUCATIVO

SALVADOR
2010

CARLOS EDUARDO GUIMARÃES NASCIMENTO

RÁDIO COMO INSTRUMENTO EDUCATIVO

Monografia apresentada ao curso de graduação em Comunicação – Habilitação em Produção em Comunicação e Cultura, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação.

Orientador: Prof. Mauricio Nogueira Tavares

SALVADOR

2010

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, em cujas mãos entrego a minha vida.

Ao meu orientador, Prof. Maurício Nogueira Tavares, pela sua disponibilidade, por toda a sua dedicação, paciência e apoio durante o desenvolvimento deste trabalho, sempre me orientado da melhor forma possível.

A minha família pelo apoio e incentivo que me deram durante todo o curso.

Ao amigo Paulo Trocoli que disponibilizou parte do seu tempo para acompanhar o desenvolvimento deste trabalho, contribuindo de forma bastante significativa para o desenvolvimento deste.

A todos os professores que pela presteza e atenção ao longo do curso contribuíram para minha formação.

Aos colegas de faculdade pela troca de informações, conhecimentos, materiais e principalmente pelas suas amizades, as quais estarão guardadas ao longo da vida.

A todos os funcionários da FACOM, que contribuíram, seja de forma direta ou indireta, para a minha formação.

“O rádio é a escola dos que não têm escola. É o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças, o consolador dos enfermos e o guia dos sãos – desde que o realizem com espírito altruísta e elevado”.

Roquette Pinto

RESUMO

O presente estudo possui como tema a utilização do rádio como instrumento educativo, dando uma atenção especial ao Projeto Minerva. O objetivo é demonstrar como a educação através do rádio pode contribuir para a formação educacional e cultural das pessoas, especialmente quando nele se insere um programa de cunho educativo. A problemática que se levanta circula em torno da seguinte indagação: Qual a importância da recuperação histórica de um projeto via rádio de dimensão nacional? Quais as possibilidades e limites que o Projeto Minerva criou para o surgimento de novos programas de rádio educativos? Hipoteticamente, por ser o primeiro projeto oficial, crê-se que seu implemento foi o pontapé inicial para a utilização do rádio não apenas como instrumento de veiculação de notícias e melodias, mas também como meio eficaz de transmissão de conhecimentos à sociedade, além de servir como modelo para que outros projetos venham a utilizar o rádio como meio de propagar a educação. A revisão de literatura será feita através de levantamentos histórico-bibliográficos junto a autores reconhecidos e consultas a documentos disponibilizados via internet.

Palavra-Chave: Rádio, Educação a Distância, Comunicação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVO	9
2.1. OBJETIVO GERAL	9
2.2. OBJETIVO ESPECIFICO	9
3. JUSTIFICATIA	10
4. METODOLOGIA	11
5. BREVE HISTÓRICO DA RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	13
5.1 A CRIAÇÃO DO RÁDIO EDUCATIVO	13
5.2 SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVO - SRE	20
5.3 EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS APÓS A DECADA DE 30	23
6. O USO DO RÁDIO NA EDUCAÇÃO A DISTANCIA	29
7. EXEMPLO DE PROJETOS EDUCACIONAIS	35
7.1 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE	35
7.2 FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PADRE LANDEL DE MOURA - FEPLAM	40
8. PROJETO MINERVA	47
8.1 CRIAÇÃO DO PROJETO MINERVA	47
8.2 INFORMATIVOS CULTURAIS	57
8.3 PROJETO EDUCATIVO NA BAHIA	58
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	65

1. INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação de massa alcançaram um papel de extrema importância, passando a ser parte integrante do cotidiano de diversos grupos sociais. Devido as suas características como: agilidade na produção dos programas e à facilidade na recepção, o rádio é o meio de comunicação que atinge mais diretamente os indivíduos. Nenhum outro meio transmitiu e transmiti tanta informação como o rádio. A televisão conseguiu avanços tecnológicos incríveis e, principalmente na área de entretenimento, ocupa o lugar de destaque. Na transmissão de informações, no entanto, a TV não consegue superar o rádio, que consegue chegar muito mais rápido em qualquer acontecimento.

Em um país com proporções continentais e enorme desigualdade social, como o Brasil, onde uma restrita parcela da população tem acesso às condições básicas de educação para seu desenvolvimento, os meios de comunicação podem ter grande participação nos projetos de educação popular. O rádio, por todas as suas características, é o que melhor cumpriu este papel, desde a sua implantação nos anos 20, passando por diversas experiências, algumas bem sucedidas, outras nem tanto, que transmitiram programas educativos para lugares onde instituições governamentais ou privadas não conseguiram alcançar.

O rádio adaptou-se melhor do que qualquer outro meio de comunicação às condições territoriais e econômicas do Brasil e com poucas dificuldades venceu enormes distâncias, ligando os grandes centros urbanos às regiões mais remotas, atuando no progresso e integração dessas regiões. Trata-se de um meio de comunicação de massa cuja importância na educação a distância tornou-se destacada em razão de sua abrangência e praticidade.

Roquette Pinto foi o pioneiro ao perceber o potencial do caráter educativo que o rádio poderia vir a desenvolver e passou a defender a transmissão de programas educativos pelo rádio como uma tentativa de propagar a educação e cultura. Ele estava empenhado na luta para democratizar o acesso ao conhecimento, pois acreditava no valor informativo e cultural que este meio poderia vir a desenvolver.

Ao tomar conhecimento da potencialidade do caráter educativo do rádio, a curiosidade em relação ao tema foi aumentando progressivamente. Pois de que forma o rádio poderia colaborar para a democratização do ensino, permitindo que os ouvintes espalhados pelas mais diversas regiões do país tivessem a possibilidade de terem acesso ao conhecimento. Quais seriam os limites e possibilidades que este meio poderia viabilizar para transmissão de conhecimento através do rádio.

Após compartilhar com o professor Maurício Tavares sobre a idéia de desenvolver um trabalho sobre o uso do rádio na educação, este sugeriu que fosse feito um estudo de caso sobre algum projeto de rádio educativo, no qual fosse possível uma melhor visualização do potencial educativo e suas contribuições.

Ao se iniciar a pesquisa sobre o tema foram encontrados diversos projetos de rádio educativos que elucidavam bem o potencial educativo do meio, como por exemplo, o MEB e FEPLAM. Porém o que mais chamou atenção foi uma iniciativa do governo militar surgida nos anos 70: o Projeto Minerva. Este foi o primeiro projeto oficial brasileiro de rádio educativo, tendo como objetivo atingir todo o território brasileiro. Foi o maior projeto de educação via rádio já realizado entre nós e que contou com investimentos significativos do governo militar. Outro fator decisivo para escolha deste projeto foi devido ao fato de se considerar que este proporcionou grandes possibilidades para que novos projetos viessem a se desenvolver.

Para uma melhor compreensão do tema abordado será preciso inicialmente definir determinados elementos básicos para elaborar um modelo de educação a distância, abordando aspectos práticos e teóricos das diversas formas e aplicações do rádio como meio de ensino, além de classificar os meios de produção e os modelos de recepção da programação educativa. Estas definições serão importantes para o entendimento dos resultados do projeto estudado, pois influenciaram profundamente desde o planejamento dos sistemas de rádio educativo até a recepção dos programas.

O uso do rádio como instrumento educativo, suas experiências e possibilidades, é o tema das próximas páginas deste trabalho.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

A presente revisão de literatura visa demonstrar a importância do uso do rádio como instrumento educativo. A idéia é ressaltar como a educação através do rádio pode contribuir para a formação e fortalecimento educacional e cultural dos ouvintes, especialmente quando se insere um programa de cunho educativo.

2.2 Objetivos específicos

Demonstrar a importância da recuperação histórica de um projeto educativo via rádio, como foi o Minerva, trazendo os limites e possibilidades que este criou para que novos projetos de rádio educativos venham a se desenvolver. Além de apontar os caminhos para os novos projetos que venham a surgir possam trilhar.

3. JUSTIFICATIVA

A idéia desse trabalho é demonstrar a importância do uso do rádio na educação como alternativa de ensino. Demonstrando como esse meio pode auxiliar e fortalecer a democratização do ensino fazendo assim com que a informação chegue às regiões mais distantes. Mesmo com todo o desenvolvimento tecnológico há, ainda, regiões que não possuem acesso a esses recursos, sendo assim muitas vezes o rádio a sua única fonte de informação.

Por acreditar nesse enorme potencial do rádio é que esse trabalho veio a se desenvolver atuando como estímulo para que novos projetos educativos venham a se realizados, pontuando os caminhos que os novos projetos venham a trilhar.

4. METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho foi realizada uma revisão de literatura, onde se selecionou diversos autores que produziram conteúdos relacionados com a temática, onde se fez levantamentos histórico-bibliográficos através de livros, artigos, documentos disponibilizados via internet e teses de mestrado e doutorado. Além de uma entrevista com Márcia Castro que produziu uma tese de mestrado sobre o desafio de ensinar matemática via rádio.

Para uma melhor compreensão do tema evidenciou-se que era preciso fazer uma contextualização, seguindo uma ordem cronológica, sobre o uso do rádio como instrumento educativo. O ponto de partida foi a realização de um breve histórico do rádio educativo brasileiro passando pelas primeiras transmissões em caráter experimental, depois dando seguimento a criação da Rádio Sociedade até a instituição do Serviço de Radiodifusão Educativa. Daremos também um destaque a figura de Roquette Pinto que foi pioneiro ao perceber a potencialidade do caráter educativo do rádio, além de descrever outras iniciativas que ocorreram neste começo do rádio educativo no Brasil.

Em seguida será descrito a importância do uso do rádio na educação a distância, abordando suas possibilidades e limites.

No capítulo seguinte, serão descritos 2 exemplos de programas não formais de ensino: o MEB – Movimento de Educação de Base, que foi um dos principais projetos de educação realizados e os trabalhos da Fundação Educacional Padre Landell de Moura, uma instituição que continua transmitindo educação às populações do sul do país, sua região de origem. Ambos os projetos tiveram bastante sucesso entre seus ouvintes e serviram de exemplos para que futuros projetos viessem a se desenvolver como foi Minerva.

E por último será descrito o Projeto Minerva que foi o maior projeto de rádio educativo já realizado entre nós e que contou com investimentos significativos do governo militar e que, em sua fase inicial, também fez uso de programas feitos pelo

MEB e FEPLAM. Será dado um destaque maior ao Projeto Minerva por este ter sido o primeiro projeto oficial brasileiro de rádio educativo, tendo como objetivo atingir todo o território, além de se considerar que este proporcionou grandes possibilidades para que novos projetos venham a se desenvolver.

As considerações finais sobre a importância de um projeto educativo via rádio se desenvolverá a partir de uma análise histórica, que abordará os objetivos, a estrutura, a execução e seus principais resultados alcançados pelo projeto.

5. BREVE HISTORICO DA RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

5.1 A CRIAÇÃO DO RÁDIO EDUCATIVO

O rádio ainda era uma descoberta tecnológica extremamente recente no início da década de 20, mais precisamente em 1922, quando foram realizadas as primeiras transmissões radiofônicas no Brasil, durante a Exposição do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro. A experiência realizada com um transmissor trazido pela Westinghouse e instalado no morro do Corcovado durou alguns meses e serviu de exemplo para as futuras emissoras, irradiando discursos, música erudita e uma série de palestras de caráter educativo (TAVARES, 1999). A recepção, no entanto, era bastante restrita, sendo realizada através de alto-falantes distribuídos pela exposição e de um pequeno número de aparelhos receptores disponíveis no país.

Estes transmissores foram posteriormente comprados pelo governo brasileiro, que instalou um deles na Praia Vermelha, em junho de 1923, para utilização telegráfica, tendo sido utilizado também para transmissões literárias e musicais. No entanto, devido à ausência de uma programação mais organizada e ao alcance, ainda muito restrito – que não caracterizavam um sistema de broadcasting –, estas experiências não podem ser consideradas como um marco inicial da radiodifusão brasileira (BAHIA, 1990).

Outra experiência, também citada por alguns autores como a pioneira do rádio brasileiro, é a da Rádio Clube de Pernambuco, que iniciou uma série de transmissões no ano de 1919. Segundo a maioria dos estudiosos do início da radiodifusão brasileira, como Álvaro Salgado, “estas transmissões não poderiam ser consideradas de radiodifusão, mas de radiotelegrafia.” (apud HORTA, 1972, p.80)

Durante este período surge a figura de Roquette Pinto, que, percebendo a potencialidade deste equipamento procurou Henrique Morize, então, presidente da Academia de Ciências, para falar sobre suas idéias de montar uma estrutura que

permitisse levar à população educação e cultura. Esta nova tecnologia iria modificar profundamente a sociedade brasileira.

Roquette-Pinto escreveu na época:

"A verdade é que durante as solenidades comemorativas de 1922, pouca gente se interessou pelas demonstrações então realizadas pelas companhias Westinghouse (Estação do Corcovado) e Western Electric (Estação da Praia Vermelha). Creio que a causa principal desse desinteresse foram os alto-falantes instalados nas torres do Serviço de Meteorologia (Pavilhão dos Estados). Eram discursos e músicas reproduzidos no meio de um barulho infernal, tudo roufenho, distorcido, arranhando os ouvidos. Era uma curiosidade sem maiores conseqüências. No começo de 1923, desmontava-se a estação do Corcovado e a da Praia Vermelha ia seguir o mesmo destino se a Governo não a comprasse. O Brasil ficaria sem rádio. Eu vivia angustiado porque já tinha a convicção profunda do valor informativo e cultural do sistema, desde que ouvira as transmissões que foram dirigidas na época pelos engenheiros J.C. Stroebel, J. Jonotskoff e Mario Liberalli. Uma andorinha só não faz verão; por isso resolvi interessar no problema a Academia de Ciências, presidida pelo nosso querido mestre Henrique Morize. E foi assim que nasceu a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a 20 de abril de 1923." (RADIO MEC, 2010)

Formado em medicina e, mais tarde, professor da cadeira de Antropologia do Museu Histórico Nacional, Roquette Pinto participou em 1912 da expedição do então tenente-coronel Cândido Rondon pelas selvas do Mato Grosso e do Amazonas, e, com os resultados obtidos, escreveu o livro Rondônia, um marco no campo científico daquele começo de século (CASTRO, 1996). Tendo uma idéia real do espaço físico do país, o que já havia motivado a instalação de uma rede de telegrafia nas regiões mais distantes, Roquette vislumbrou no rádio o meio necessário para um projeto de integração nacional.

"Roquette não se enganou ao acreditar na força do rádio num país tão grande quanto o nosso. O rádio introduziu uma visão de mundo em termos globais que mudou as mentalidades provincianas da época: ligou cidades, vilas e populações isoladas ao que ocorria no resto do mundo. Com o rádio, brasileiros dos mais distantes e isolados pontos do país deixaram de serem excluídos da informação, o país tornou-se uma aldeia, incluído os analfabetos, que o rádio não discrimina."

(BLOIS, 2006, p. 200)

Portanto, um dos primeiros usos concebidos para o rádio – e o mais importante para o presente trabalho - foi, justamente, o educativo. Roquette Pinto defendia a idéia de que o rádio, enquanto inovação tecnológica de grande potencial deveria ser empregada prioritariamente para levar educação e cultura a todas as partes do país.

Roquette Pinto, que foi um dos pioneiros da radiodifusão no Brasil, disse: “o homem brasileiro, não precisa ser modificado, nem substituído. Ele precisa ser educado” (PINTO, 1999, p.8). Para atingir esse propósito ele tinha o ideal de transformar num curto espaço de tempo a mentalidade popular, através de uma cadeia de emissoras de rádio, que cobriria todo o Brasil, composta por emissoras-escolas localizadas em todos os estados e municípios.

A definição de Roquette Pinto sobre aquele meio de comunicação que parecia trazer uma revolução no final da década de 20, no Brasil era:

“O rádio é a escola dos que não têm escola. É o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças, o consolador dos enfermos e o guia dos sãos – desde que o realizem com espírito altruísta e elevado”.
(CASTRO, 2007, p.47)

Em 1923, era fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, uma emissora ligada diretamente à Academia Brasileira de Ciências, com fins científicos e sociais. Todos os membros da Academia, da qual Roquette Pinto era secretário, apoiaram a idéia, principalmente o seu presidente, Henrique Morize.

Para a legalização da rádio existia um entrave, uma lei que determinava a necessidade de permissão por parte do Governo, para se possuir um aparelho receptor. Porém, mesmo com entrave a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi fundada, em de abril de 1923, no antigo prédio da Escola Politécnica, durante uma sessão da Academia Brasileira de Ciências.

Iniciava-se a história do rádio educativo brasileiro, que se confundiria profundamente com a própria história da radiodifusão em nosso país.

Em maio de 1923, a Rádio Sociedade realizou a sua primeira transmissão, de caráter experimental, através da estação da Praia Vermelha, com um discurso de Roquette Pinto sobre o alcance do rádio em todo o Brasil. Até este momento ainda não havia uma autorização por parte do governo para as transmissões radiofônicas, e uma das formas encontradas por Roquette Pinto para pressionar o governo a liberar a radiodifusão foi a de nomear o então Francisco Sá, que era o Ministro da época, como presidente de honra da Rádio Sociedade (PIMENTEL, 1999). Poucos dias depois da primeira transmissão, a lei que restringia a aquisição de receptores foi revogada, ficando a cargo do governo criar uma legislação específica para a radiodifusão.

A Rádio funcionou como uma verdadeira sociedade, sendo mantida através de contribuições financeiras de seus sócios. As transmissões educativas eram a base da programação da emissora, e a música erudita também tinha um papel de destaque na programação, com os próprios sócios levando seus discos, muitas vezes raros, para serem tocados durante a programação.

“Os primeiros anos de existência do rádio no Brasil ficaram marcados por muitas dificuldades, principalmente econômicas, em que se evidenciava um constante surgimento e desaparecimento de inúmeras emissoras. Como tentativa de solucionar parte deste problema, o método utilizado, então, para a criação e manutenção de uma emissora era a da formação de uma rádio-sociedade, ou seja, previa-se em seus estatutos a exigência de um quadro social com obrigação de colaborar com uma determinada quantia mensal.” (CALABRE, 2004, p. 12)

Segundo Calabre, “uma outra saída para superar as dificuldades econômicas era seguir o modelo das rádios norte-americanas, que tentavam conseguir patrocinadores para os seus programas” (2004, p.12). Todavia então faltava no país os candidatos a categoria de anunciantes, pois nesta época predominava um descrédito quanto à eficácia do rádio como veículo capaz de estimular o crescimento do consumo e de atrair novos clientes.

A Rádio Sociedade, que não tinha fins comerciais, começava a entrar em uma fase crítica, pois nem todos os sócios contribuíam para manutenção da rádio o que forçava cada vez mais a idéia da publicidade na rádio como solução financeira. Porém Roquette Pinto não iria abrir mão das idéias iniciais de fazer um modelo de rádio voltado, exclusivamente, para a educação e a cultura.

Em setembro de 1936, a rádio sociedade foi doada ao Ministério da Educação e Cultura. O fator determinante para a doação da Emissora ao poder público foi a exigência feita pelo governo federal de um aumento de potência dos transmissores de todas as emissoras do país. Sem recursos para modernizar seu equipamento, Roquette Pinto resolveu doar a Rádio Sociedade ao Ministério da Educação, que teria todas as condições necessárias para manter a rádio, mas com a condição de que a programação ficasse restrita a programas educativos.

Numa primeira etapa, o governo propôs que a emissora fosse doada ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, órgão responsável pela propaganda oficial – que mais tarde se transformaria no DIP. Roquette Pinto não aceitou esta proposta, pois já vislumbrava o uso da Rádio como propaganda política, e portanto a doação acabou sendo ao Ministério da Educação, através do ministro Gustavo Capanema. As condições para a doação, que constam da carta de Roquette Pinto, eram: “que a Rádio não poderia ter fins comerciais e que não haveria transmissão de propaganda política ou religiosa” (TAVARES, 1999).

Roquete Pinto escreveu uma carta ao Ministro da Educação Gustavo Capanema e explicou “... que a rádio não estava sendo entregue ao governo brasileiro, mas sim a educação do Brasil” (TAVARES, 1999, p.16).

A Rádio Sociedade serviu de modelo para quase todas as emissoras de sua época, a partir da criação do formato de rádios clubes. Sua programação não tinha, principalmente nos primeiros anos, uma grande preocupação com a linguagem radiofônica, o que podia ser explicado pelo caráter pioneiro do rádio nos anos 20. Os programas jornalísticos, por exemplo, resumiam-se à leitura das principais notícias

dos jornais do dia, sendo que os textos não recebiam nenhum tratamento para a transmissão radiofônica, e todas as pessoas envolvidas com a Rádio atuavam em qualquer fase da produção.

Nos primeiros anos da emissora, o próprio Roquette Pinto, além de dirigir a Rádio, apresentava o “Jornal da Manhã” – programa onde lia as principais notícias dos jornais matutinos – e palestras educativas. Sua filha, Beatriz Roquette Pinto, então uma jovem recém-chegada dos estudos em Paris, o ajudava na produção dos programas, tendo se destacado com os Quartos de Hora Infantis, onde se apresentava como Tia Beatriz, alcançando grande repercussão. Beatriz foi uma das principais responsáveis pela manutenção do caráter educativo-cultural da Emissora. Sua participação foi decisiva, por exemplo, quando, na década de 50 uma Lei Federal determinou que a Rádio passaria a servir ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, em Brasília. Através de um Mandato de Segurança, Beatriz conseguiu manter a Rádio no Ministério da Educação e Cultura, de acordo com os termos da carta de doação da Emissora (BLOIS, 1998).

Os discursos de Roquette Pinto, feitos através da primeira emissora de rádio oficial brasileira - Rádio Sociedade do Rio de Janeiro eram sempre concluídos com o lema daquela emissora: “Pela cultura dos que vivem em nossa terra. Pelo progresso do Brasil”.

Embora a grade de programação daquela emissora fosse composta por música e literatura, muitos professores da Escola Politécnica e outros acadêmicos ofereciam palestras e cursos através dos microfones da PR1-A- Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Os programas educativos variavam conforme os conhecimentos e especialidades dos mestres-locutores: português, latim, biologia, história, francês, geografia, higiene, moral e até silvicultura¹. Naquela época o Rio de Janeiro fervilhava de intelectuais oriundos da Europa e dos Estados Unidos que não se eximiam em participar da revolução cultural que parecia se processar através do

¹ Silvicultura é a ciência dedicada ao estudo dos métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais com vistas a satisfazer as necessidades do mercado e, ao mesmo tempo, é aplicação desse estudo para a manutenção, o aproveitamento e o uso racional das florestas.

rádio, apresentando-se nos programas radiofônicos. O famoso cientista Albert Einstein, foi provavelmente o mais renomado intelectual a visitar os estúdios da Rádio Sociedade em 1925, que se localizava na Rua da Carioca centro da capital federal.

Pode-se notar claramente o caráter eminentemente educativo do rádio no Brasil, na época em que seu uso tornou-se popularizado. O lema corrente era: “levar a cada canto um pouco de educação, de ensino e de alegria” (ORTRIWANO, 1985, p.14). Porém vale ressaltar que o caráter educativo das rádios brasileiras, na época, era de transmissão de operas, teatro e orquestras. Fato bem diferente dos programas educativos que posteriormente foram implantados.

No ano de 1926, de acordo com Espinheira (1934), Roquette Pinto divulgou através da Revista Elétron, a qual era impressa pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, uma estratégia capaz de resolver à problemática das emissoras educativas do Brasil. Naquela época as poucas emissoras existentes no Rio de Janeiro e em São Paulo, tais como a Sociedade Rádio Educadora Paulista - PRA-E, enfocavam a produção e apresentação de cursos produzidos e apresentados por destacados nomes do meio intelectual da época. Tais cursos eram ministrados em forma de palestras, conferências e aulas, e deram início ao uso do rádio na educação no Brasil.

Sem perder de vista o foco, que era a educação informal, Roquette Pinto instituiu a Comissão Rádio Educativa, com o objetivo de utilizar a radiodifusão como meio de educação direta, para divulgação de informações técnicas, e sobretudo, pela veiculação de conhecimentos relacionados com a higiene, prevenção de doenças, divulgação da arte e da literatura, assim como o desenvolvimento de práticas que conduzissem os ouvintes à prática da paz e concórdia social. Aquela comissão também tinha a preocupação de divulgar notícias de interesse geral e promover o entretenimento.

Com o passar dos anos, no entanto, as emissoras educativas que não podiam ser usadas para fins comerciais, passaram a aceitar propagandas com a alegação

natural de que seria essa a única forma de sobreviverem, e de certo modo, os programas de natureza educacional, passaram apenas a serem usados pelas Rádios Educativas e Universitárias ou nos horários que fossem estabelecidos oficialmente pelo governo federal. Programas como A Voz do Brasil e Projeto Minerva, são alguns exemplos.

Pode-se perceber nitidamente que as emissoras de rádio, nos seus primórdios aqui no Brasil, não eram vistas como um negócio e não se estruturaram nos moldes de uma empresa comercial, mantendo seus objetivos voltados exclusivamente para o diletantismo e a educação das populações. Nos dias atuais, são poucas as emissoras educativas que desenvolvem atividades compatíveis com sua missão. A maioria recebe minguados recursos financeiros ou tecnológicos dos governos, reservando-se quase que exclusivamente a apresentarem músicas clássicas, eruditas ou populares de domínio público. Tais emissoras não dispõem de uma equipe capacitada para criação, desenvolvimento e apresentação de programas educativos de qualidade. Apesar disso, Brum afirma:

“Do ponto de vista histórico-legal, a radiodifusão brasileira é e sempre foi eminentemente educativo-cultural, pois a exploração comercial dos serviços de radiodifusão pode-se dizer, é permitida em caráter excepcional, já que é apenas possível na medida em que não prejudique os interesses e as finalidades educativas culturais.” (apud CASTRO, 2007, p.43)

5.2 O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA – SER

No dia 7 de setembro de 1936, ao receber a doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em nome do governo brasileiro, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, assim se pronunciou:

“Como autoridade a quem coube receber tão valioso legado, quero dizer aqui que o Ministério da Educação assume com satisfação esta responsabilidade e que procurará utilizar-se da melhor maneira possível deste instrumento que ora lhe é proporcionado para, no cumprimento da elevada missão que, com grande clarividência, lhe traçou o Sr. Presidente Getúlio

Vargas: falar diariamente aos brasileiros, animá-los nos seus trabalhos do campo, da cidade e do mar, estar com eles nas suas alegrias e pesares. Este é o novo trabalho que, com coragem e fé, vamos começar.” (HORTA,1972, p.91)

Surgia a Rádio Ministério da Educação e Cultura, em lugar da antiga Rádio Sociedade. Seis meses após a criação de uma emissora oficial voltada para educação e cultura, o governo resolveu criar o Serviço de Radiodifusão Educativa – SRE, que tinha como objetivo promover, permanentemente, a irradiação de programas de caráter educativo.

Os primeiros anos de funcionamento do Serviço de Radiodifusão Educativa não foram muito proveitosos. Até 1941, havia pouco material humano e as verbas eram pequenas, tanto que o antigo transmissor Marconi de 2 Kws, utilizado desde os primeiros anos pela Rádio Sociedade, só foi substituído por um mais moderno e potente, de 25 Kws, no final de 1942. Em fevereiro de 1943, o Regimento do SRE foi aprovado pelo Decreto nº 11.491, que, de acordo com a política de educação do país, determinava a finalidade do Serviço: “a orientação da radiodifusão como auxílio à educação e ao ensino, através da irradiação de programas científicos, literários e artísticos de caráter educativo” (PIMENTEL, 1999, p.34). Neste mesmo ano seria nomeado o primeiro Diretor do SRE, o técnico em educação Fernando Tude de Souza, então diretor da Rádio Ministério da Educação e Cultura.

No primeiro relatório de atividades do SRE, Fernando Tude de Souza anunciava uma série de iniciativas que seriam tomadas de acordo com os ideais herdados da Rádio Sociedade, e visando um alcance nacional da programação educativa.

No ano seguinte, começaram a haver conflitos de interesses e de áreas de atuação entre o Serviço de Radiodifusão Educativa e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o que viria a prejudicar o alcance dos programas educativos. Segundo José Horta:

“No relatório de 1944, o Diretor, depois de se referir ao conflito de interesses entre o SRE e o Departamento de Imprensa e

Propaganda (DIP), iniciava o relatório com um ‘desabafo que é uma justificação da ausência do Serviço em setores que as leis vigentes do país e que a lógica dos fatos apontam como seus’...”. (1977, p.93)

Também no ano de 1944, a direção do SRE apresentou uma distinção entre rádio educativo e rádio instrutivo, que iria determinar o rumo a ser tomado por sua programação. Segundo Fernando Tude de Souza, “rádio educativo” poderia ser todo o rádio feito no país, independente de ter um caráter instrutivo ou de ensino. Dessa forma, o mais importante é que toda a programação radiofônica não fosse “deseducativa”, mesmo a transmitida pelas emissoras puramente comerciais, que viviam, principalmente a Rádio Nacional, seu período histórico mais significativo – a “Época de Ouro do Rádio” (BAHIA, 1990). O rádio instrutivo, por sua vez, ficava a cargo do SRE, que inicialmente passou a realizar cursos de Português, Inglês e Geografia, com duas aulas semanais, transmitidas regularmente pela Rádio Ministério da Educação e Cultura.

O contato entre os ouvintes e a Emissora teve início de uma forma muito precária. Partindo da iniciativa isolada de alguns interessados em informações e orientação, começaram a surgir grupos de pessoas que se inscreviam coletivamente nos cursos e passavam a receber o material referente às aulas, numa forma primária de recepção organizada. Ainda em 1944, o SRE transmitiu um curso de férias para professores, em parceria com a Associação Brasileira de Educação.

Nos anos seguintes, o SRE realizaria uma série de iniciativas importantes, como a criação de setores de educação e pesquisa e de documentação e intercâmbio, passando a ter um formato semelhante ao do INCE – Instituto Nacional de Cinema Educativo, criado e desenvolvido por Roquette Pinto, após sua saída da direção da Rádio Sociedade, e que funcionava no mesmo prédio da Rádio Ministério (FERNANDEZ, 1999).

Outras iniciativas previstas no planejamento do SRE seriam a criação de uma programação infantil, baseada em pesquisas e planejamento das necessidades deste público, e a produção de uma série de cursos radiofônicos, conjugados com

correspondência, destacando a importância de três fatores primordiais para o desenvolvimento do rádio educativo: pesquisa, material de apoio e avaliação de resultados.

5.3 EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS REALIZADAS APÓS A DÉCADA DE 30

Simultaneamente à criação e ao desenvolvimento do SRE, algumas experiências particulares destacam-se na radiodifusão educativa, sendo alternativas ao sistema oficial. A primeira a ser realizada foi a da Universidade do Ar, da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, criada no ano de 1941 pelo então diretor da Emissora, Gilberto de Andrade, sob a supervisão da Divisão de Ensino Secundário do MEC.

O programa tinha foco nos professores secundaristas, tendo como objetivo pedagógico oferecer aos professores uma nova metodologia de apresentação das disciplinas, possibilitando um maior interesse dos alunos pelas matérias, além de oferecer bibliografia e formas mais eficientes de verificação de aproveitamento (BAHIA, 1989).

A aula inaugural do programa foi transmitida em abril de 1941, e neste primeiro ano a Universidade do Ar já contava com quase 5.000 matrículas, divididas entre as disciplinas de Português, História da Civilização, Ciências, Matemática, Geografia, História do Brasil, Francês, História Natural, Inglês, Latim e Estatística Educacional. Os cursos eram oferecidos gratuitamente aos professores de todo o país e, esporadicamente, os participantes recebiam materiais de apoio, como resumos de aulas e orientações sobre os cursos (ZUCULOTO, 2008). A partir de 1943, o número de matriculados nos diversos cursos da Universidade do Ar começou a decair devido às dificuldades de adaptação dos professores à didática específica das aulas radiofônicas – bem diferentes da que eles estavam acostumados. Esta experiência teve sua importância principalmente por ser transmitida pela principal emissora de rádio do país, a Rádio Nacional, que tinha um alcance extraordinário, mostrando ser possível fazer programas educativos mesmo dentro das rádios comerciais.

Outra experiência de educação pelo rádio a ser destacada durante os anos 40 foi a da Universidade do Ar de São Paulo, marco inicial da fase da recepção realmente organizada no rádio educativo brasileiro. Criada em setembro de 1947, sendo idealizada por Benjamin do Lago, a Universidade do Ar paulista foi uma iniciativa conjunta do SESC e do SENAC de São Paulo, com o objetivo de transmitir uma campanha educativa para a classe comerciária, principalmente das cidades do interior (FONTE SEC/SENAC). As disciplinas do curso radiofônico iam ao encontro das necessidades dos comerciantes, e incluíam Português, Aritmética Comercial, Técnicas de Vendas, Noções de Economia Política e Ciências Sociais.

As aulas eram apresentadas por professores, a partir de uma emissora da capital paulista, que transmitia em cadeia com 11 emissoras, a maioria do interior do Estado. Os alunos se reuniam para ouvir os programas em núcleos de recepção e estudavam os temas apresentados, com o auxílio de um professor assistente, que recebia orientação didática e propostas de exercícios para serem apresentados aos alunos. Estes recebiam o material de apoio pelos Correios, e eram avaliados através de duas provas parciais, aplicadas nos próprios núcleos de recepção (HORTA, 1972).

Em 1948, o programa apresentou grandes melhorias pedagógicas, mas um fato prejudicou bastante o desenvolvimento da Universidade do Ar: a abertura para a inscrição de alunos de recepção livre, que poderiam ouvir os programas em suas casas. Com isso, muitos alunos matriculados nos núcleos optaram por esta forma de recepção, o que levou a um aproveitamento final muito baixo do esperado, com algo em torno de 75% de reprovação, enquanto os resultados obtidos pelos poucos alunos que continuavam ligados aos núcleos melhoraram consideravelmente (CASTRO, 2007). Mesmo assim, o alcance do Programa aumentou muito nos anos seguintes, apesar de os resultados não serem tão positivos. Os núcleos de recepção foram totalmente suspensos em 1951, só voltando a ser restabelecidos em 1953, mas, neste momento a Universidade do Ar já não tinha a mesma importância inicial para a educação a distância realizada no Estado de São Paulo.

A análise, dos primeiros, anos dos programas permitiram que os especialistas chegassem “à conclusão da necessidade da recepção organizada para se atingir bons resultados, pois somente através desta modalidade se poderia alcançar resultados estipulados nessa modalidade de ensino” (HORTA, 1999, p. 167). Fator que influenciaria as iniciativas de educação a distância nos anos seguintes.

A partir dos anos 50, especialistas em educação começaram a se aprofundar nas possibilidades do rádio como meio de ensino, e elaboraram uma série de planos para um melhor aproveitamento da radiodifusão educativa. O primeiro a formular um planejamento para o uso do rádio na educação popular foi Benjamin do Lago (1950). Já tendo experimentado suas idéias na Universidade do Ar de São Paulo, apresentou seu plano no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, enfatizando a didática a ser utilizada, a qual deveria contar com explicações dos professores assistentes e com o debate entre os alunos.

As aulas, formuladas e apresentadas por professores experientes, deveriam ter entre 30 e 45 minutos de duração, apresentando os conceitos básicos e esquemas de orientação para a recepção. Depois desta etapa, teria início a vida escolar dos núcleos de recepção, dividida em duas fases: primeiro, com aulas dos professores assistentes, que utilizariam meios auxiliares para explicar melhor o conteúdo, durando em média 30 minutos; e, depois, com debates entre os alunos, coordenados pelos professores assistentes. Este plano consistia, basicamente, na articulação da escola tradicional com o rádio, sendo fundamental para isso a existência dos núcleos de recepção, que uniriam os aspectos positivos da didática escolar com a penetração e a agilidade do meio radiofônico (CALABRE, 2003).

Em 1950 foi lançado o curso de Alfabetização pelo Rádio, uma idéia do professor Januzzi, que foi transmitido pela Rádio Clube. Sendo uma das primeira iniciativas de alfabetização para adultos e que não obteve muita repercussão na época. O Curso de Alfabetização contou com 168 alunos inscritos, em sua maioria com idades entre 14 e 30 anos, mas não teve maior continuidade (PIMENTEL, 1999).

Pelo que se consta não houve registro de que outras rádios vieram a aproveitar a idéia do professor, pelo menos naquele momento. Mai tarde a experiência foi matéria de estudo de outro professor, João Ribas da Costa, que veio a se destacar na área de educação a distância, sendo responsável pelo plano mais aprofundado para esta área.

Inicialmente, em 1949, Ribas da Costa apresentou um estudo sobre as vantagens de uma educação fundamental para adultos através do rádio, inclusive do ensino da leitura e da escrita, mostrando as vantagens econômicas que este modelo de ensino teria sobre as escolas tradicionais. Mas suas idéias foram reprovadas, tendo sido alegada a impossibilidade de se aprender a ler e escrever sem o contato direto entre aluno e professor (NISKIER, 1972).

No ano de 1956, depois de conhecer as experiências de Geraldo Januzzi, e influenciado pela Acción Cultural Popular na Colômbia – experiência muito bem sucedida na área educativa –, Ribas da Costa, na época Gerente de Relações Públicas da Philips do Brasil, reapresentou seu plano, desta vez em um livro de mais de 100 páginas, intitulado “Educação Fundamental pelo Rádio – Alfabetização de adultos e cultura popular por meio de sistemas radiofônicos com recepção organizada” (HORTA, 1972). Seu livro seria um marco no estudo do rádio como meio de ensino, no próprio título já mostrara o objetivo principal e os métodos a serem usados. Para Ribas da Costa, “deveria ser instalada uma cadeia de estações de ondas médias, atingindo principalmente as regiões de maior população que apresentassem poucas emissoras” (PIMENTEL, 1999) – o que o levou a centralizar seu planejamento no Nordeste do país.

O plano também era baseado na idéia das Escolas Radiofônicas, que, segundo Ribas, apresentariam um custo muito menor do que as do sistema oficial de ensino, devido à grande quantidade de pessoas atingidas e ao pequeno número de profissionais necessário para o desenvolvimento dos programas. Os monitores seriam pessoas com um pouco mais de conhecimento, que auxiliariam gratuitamente os professores-locutores responsáveis pela produção e apresentação das aulas radiofônicas.

A qualidade da recepção era outro aspecto importante que apresentava requisitos básicos, como a localização adequada dos rádio-postos, a qualidade dos aparelhos receptores – que deveriam ser sintonizados para a recepção exclusiva das emissoras do sistema –, e uma assessoria técnica e pedagógica constante (BAHIA, 1990).

Todas estas idéias seriam fundamentais para o desenvolvimento dos futuros projetos de educação a distância. Em 1957, Ribas da Costa foi convidado pelo Ministro da Educação para organizar um sistema de rádio educativo nacional, que seria oficialmente proposto pelo diretor do Departamento Nacional de Educação, Heli Menegale, em abril do mesmo ano. Em 20 de maio, Ribas da Costa apresentou o projeto do Sistema Rádio-Educativo Nacional, o SIRENA, que iniciaria suas atividades no ano seguinte, sendo oficialmente instalado em junho de 1958. “As principais atividades do SIRENA seriam a produção, gravação e distribuição de Cursos Básicos, irradiados pelas emissoras do Sistema, e o incentivo à formação de Sistemas Rádio Educativos Regionais, oficiais ou particulares.” (PIMENTEL, 1999, p.42)

Inicialmente, 11 emissoras irradiavam os cursos do SIRENA. Em 1961, três anos após a criação do Sistema, havia 65 Sistemas Regionais atuando em conjunto. O SIRENA planejava e elaborava os programas básicos, que eram gravados em LPs para serem distribuídos por todo o país. Em junho de 1962, o SIRENA passou a integrar a “Mobilização Nacional contra o Analfabetismo”, que seria extinta um ano depois.

Extinto, o SIRENA foi absorvido pela Rádio Educadora de Brasília, junto com todo o seu material, e esta emissora foi finalmente incorporada ao Serviço de Rádio Educativo do MEC, o SRE, em setembro de 1966.

Segundo análises realizadas na época, o SIRENA desapareceu por ter apresentado uma preocupação muito maior com os recursos materiais (instalação das emissoras e produção dos discos) do que com os recursos humanos e com a

avaliação dos resultados, além das dificuldades naturais encontradas por uma entidade estatal, devido às mudanças políticas freqüentes do país. Este sistema colaborou, em parte, para a criação de uma das mais bem sucedidas experiências de educação a distância realizadas no Brasil, a partir do final da década de 50: o Movimento de Educação de Base.

6. O USO DO RÁDIO NA EDUCAÇÃO A DISTANCIA

A partir do momento em que Gutenberg descobriu a imprensa no século XV, o homem passou a buscar informações diretamente dos livros, e as práticas educativas passaram a contar com meios auxiliares, o que tornou possível uma educação a distância. Os usos dos livros didáticos, que viabilizaram uma transmissão alternativa dos conhecimentos, tornaram-se um meio de auxílio à educação, pois os alunos, mesmo sem estarem presentes às aulas, poderiam dar prosseguimento aos seus estudos. O desenvolvimento progressivo dos serviços postais viabilizou a educação por correspondência e, mais tarde, surgiram outros meios como o rádio, a televisão e, mais recentemente, os recursos da informática, que ampliaram as condições de democratização da educação (LOYOLA, 1999).

A educação a distância possui como uma de suas definições “a forma de ensino nas quais pessoas de várias idades e classes sociais têm a possibilidade de estudar, em suas casas ou locais de trabalho, através de programas e materiais produzidos para esta modalidade” (FONSECA, 1996, p. 17). Pelas características dessa modalidade de educação, na qual o professor não está no mesmo espaço em que o aluno se encontra, este precisa desenvolver a capacidade de aprender sozinho, apenas contando com o auxílio dos materiais produzidos especialmente para o curso a distância.

Ao contrário do que se possa imaginar, não é recente o ideário da utilização do rádio como instrumento educativo. O rádio “proporcionou a primeira experiência maciça de implosão eletrônica”, (MCLUHAN, 1964: p. 337), permitindo que a voz humana chegasse às mais diversas regiões, possibilitando, por conseguinte ideários voltados à massificação da educação.

Lima (2003), aponta que a introdução ao caráter educativo nas rádios brasileiras foi feita por Roquete Pinto, que incentivou o aparecimento de programas específicos como “A Universidade no Ar”, em 1941, através da Radio Nacional do Rio de Janeiro. Depois disso, entre os anos de 1957 a 1963, surgiram no Sistema de Rádio Educativa Nacional (SIREN) os cursos básicos e, em 1960, escolas

radiofônicas criadas através do Movimento de Educação Base (MEB). Tais projetos tinham como missão a promoção da mudança de atitude nas diversas camadas sociais e, para tanto, combinavam alfabetização com conscientização, utilizando animadores populares. Essa experiência corroborou em grande escala para a melhoria da qualidade no sistema educativo via rádio.

Sobre as tentativas de utilização do rádio como instrumento de promoção de educação e cultura, há autores que, embora apoiavam a iniciativa, faziam algumas ressalvas, como é o caso de Fernandes que assim se expressa:

“Nas últimas décadas houve uma intensa renovação nas concepções de alfabetização, atribuídos equivocadamente à difusão de aportes diferenciados dos meios de comunicação, em virtude da restrita pesquisa acadêmica e da pouca sistematização e propagação de experiências, a alfabetização construtiva utilizando recursos e inovações na comunicação e na pedagogia tem sido tardiamente na melhor das hipóteses impactada. Por muitos motivos, ainda não se traduziu para os processos rádio-educativos os progressos verificados na metodologia de alfabetização construtiva. A concepção restrita disponível à educação de adultos é atendida e contextualizada como a mera codificação e decodificação de palavras e insiste em empregar métodos superados, baseados na palavração. Consideradas as inovadoras teorias da alfabetização, o tipo de instrução que essa modalidade de programa proporciona é absolutamente dissociado da relação dispersiva e inconsciente que a população mantém com o rádio.” (FERNANDES, 1999)

Nesta citação, Fernandes deixa claro que não basta apenas usar as tecnologias disponíveis como meio de dar aulas diferenciadas. Mostra que é necessária uma adequação dos conteúdos programáticos ao meio usado.

Devido ao seu poder de alcance e penetração o rádio possui um grande potencial educativo. Castro (2007), aponta as vantagens do rádio na difusão da educação, conforme cita que uma parte da população não tem acesso à informação através de jornais, revistas e livros, por outro lado, o rádio democratiza a informação, disponibilizando-a a todos. Para aquisição do aprendizado via jornais, revistas e livros é necessário que a pessoa seja alfabetizada, o rádio rompe essa barreira.

Cita também que o rádio possui poder motivacional, provoca criatividade e imaginação, desenvolve a capacidade de audição e apresenta possibilidades de concretização de noções abstratas. Forte poder de penetração, atingindo aos menos favorecidos e isolados geograficamente e as informações pelo rádio são compreendidas com muita facilidade, pois, este utiliza uma linguagem coloquial, de fácil entendimento por todos.” (MIRADOR apud CASTRO, 1997).

Tanto Castro (2007), como Fernandes (1999), fazem ressalvas importantes sobre o uso do rádio na educação. Castro salienta que, por não apresentar imagens, o rádio não é indicado para compreensão de determinados temas que exija uma visualização, havendo a necessidade de se usar meios auxiliares para complementação. Por não ter como atender, por exemplo, às diferenças individuais é necessário o uso de orientadores educacionais, e tendo o rádio como instrumento de comunicação não há a possibilidade de se repetir a mensagem para cursos que o utilizam como único recurso, pois o tempo em que a informação é dada é irreversível.

Já Fernandes (1999, p. 55), assim se expressa:

“Um projeto educativo, cujo objetivo é o desenvolvimento de conteúdos de conhecimento e do pensamento, não prescinde da interação presencial educador-educando e deve empregar pelo menos dois meios complementares: o material impresso e o rádio. [...] Dentre as dificuldades que envolvem um megalômano projeto nacional de educação pelo rádio, há que se considerar as diversidades regional, sociocultural, linguística, de gênero e de raça existentes no país. Ainda que o Brasil venha a unificá-lo, a língua, os referenciais culturais no meio urbano e rural não são comuns.” (1999: 55).

O necessário respeito à diversidade cultural da população amplia a importância relativa da interação presencial entre educador e educando no processo de ensino-aprendizagem, o que amplia, também, a existência de um subsistema de recepção, onde haja uma adequação dos conteúdos as realidades regionais.

Por trabalhar apenas com o sentido da audição, o rádio possui algumas características que, em um processo educacional, tem de serem levadas em conta.

Por exemplo: nos programas de educação a distância, há necessidade de redundância na transmissão das informações, em um nível mais elevado do que o exigido em programas radiofônicos com outras finalidades. É necessário haver repetições de assuntos, porque a recepção das mensagens realizada pelo aluno é linear e não conta, muitas vezes, com a presença de um orientador, que possa esclarecer qualquer dúvida ou mesmo repetir as informações (NISKIER, 1999).

Outra necessidade é a de se integrar a atuação de profissionais das áreas de educação e da própria comunicação. “Os conteúdos devem ser elaborados por educadores capacitados”, (PIMENTEL, 2000), que, além dos assuntos de cada programa específico, conheçam a necessidade dos grupos a serem atingidos. Para dar a forma com que estes conteúdos serão apresentados nos programas, é fundamental o trabalho dos profissionais de comunicação, que irão escrever os roteiros, gravar e montar os programas a serem transmitidos. A qualidade do produto final depende muito do entrosamento e compatibilidade da equipe de profissionais envolvidos na produção dos programas (TAVARES, 2010).

As transmissões e recepções são aspectos que devem ser levados em consideração em um sistema de rádio educativo. As transmissões podem ser variáveis a depender das condições técnicas dos locais a serem alcançados. Como é o caso do Brasil que possui grandes extensões territoriais, a utilização das ondas curtas e do AM são fundamentais para se atingir os ouvintes isolados geograficamente. A quantidade de horas transmitidas e os horários em que os programas irão ao ar também têm bastante influência no resultado final dos projetos. Uma programação voltada para o público adulto tem de se adequar ao horário comercial, utilizando mais as faixas do início da manhã e do final do dia; já os programas infantis devem ser transmitidos nos horários apropriados desse segmento de público, ou seja, durante a manhã e a tarde (MOREIRA, 1991).

Outra questão que vale ressaltar é quanto aos horários das transmissões educativas. Recomenda-se repetição dos mesmos programas em horários e dias da semana diversificados, para que as pessoas de diferentes atividades profissionais

possam acompanhá-los, de acordo com suas disponibilidades de tempo. A recepção pelos alunos da programação é uma das variáveis que mais influencia os resultados de um sistema de educação pelo rádio, e deve ser levada em conta em qualquer planejamento nesta área.

De acordo com Marlene Blois (2007), os programas educativos, via rádio, podem ser acompanhados das seguintes formas:

- Recepção organizada, onde os alunos formam grupos para ouvir os programas, em local apropriado, com a presença de professores ou monitores, que têm papel de destaque, dinamizando as atividades, antes e após a transmissão, tirando dúvidas e afirmando as idéias fundamentais transmitidas nos programas;
- Recepção livre ou aberta, dando mais liberdade aos alunos, que ouvem os programas em suas casas, podendo utilizar ou não os materiais auxiliares;
- Recepção mista, onde o aluno assume o compromisso de reunir-se com o grupo, na presença do monitor, optando por ouvir os programas onde preferir.

Uma das etapas do processo de educação a distância formal e informal, de suma importância, é a de avaliação, realizada pela coordenação de cada projeto. Esta, coleta e analisa os resultados produzidos e que devem ser utilizados no planejamento de novos programas, de acordo com as necessidades de cada grupo. Às vezes, pode haver contatos entre os alunos e o sistema, para avaliações de aprendizagem, mormente quando se trata de uma proposta de educação formal. Nesse caso, as avaliações são individuais, com testes que irão possibilitar aos alunos um certificado de qualificação. Já na educação não formal podem ser realizadas pesquisas mais amplas, através de atividades práticas ou dos próprios resultados obtidos pelas comunidades nas diversas áreas abrangidas pelos programas. O importante é que as avaliações devem ser realizadas em parceria dos profissionais que elaboram os projetos e pelos responsáveis pelos meios de comunicação, pois os resultados dependem diretamente do conteúdo educativo, das

formas encontradas para transmiti-lo e da receptividade do segmento de público para o qual estava direcionado.

Mesmo com vantagens e limitações, o uso desse meio de comunicação é muito importante. Porém, Belloni afirma que sempre deve haver reflexão sobre o uso da tecnologia:

“[...] um elemento essencial deve estar presente nesta análise das relações entre tecnologia e educação: a convicção de que o uso de uma” tecnologia” (no sentido de um artefato técnico), em situação de ensino e aprendizagem, deve estar acompanhado de uma reflexão sobre a “tecnologia” (no sentido do conhecimento embutido no artefato e em seu contexto de produção e utilização)”. (BELLONI, 2006, p.52)

Ante todo o exposto, percebe-se que é inegável as possibilidades que este instrumento possibilita para o campo educacional, tomando-se por base o seu baixo custo, sua fácil acessibilidade, a linguagem que utiliza e sua abrangência social e geográfica.

7. MEB E FEPLAM - EXEMPLOS DE PROJETOS EDUCACIONAIS

7.1 MEB - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

O Movimento de Educação de Base foi uma experiência não formal na área de educação a distância, que obteve resultados bastante positivos, sendo desenvolvido pela Igreja católica através da criação de escolas radiofônicas, principalmente, nas dioceses da região norte e nordeste.

O MEB foi criado pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1961, objetivando desenvolver um programa de educação de base por meio do rádio, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Sua criação foi apoiada pela Presidência da República e sua execução por vários ministérios e órgãos federais e estaduais, mediante financiamento e cessão de funcionários (CRUZ, 2004). Foi prevista também importante colaboração do Ministério de Viação e Obras Públicas, à época responsável pela concessão dos canais de radiodifusão, visando agilizar os processos de criação e ampliação de emissoras católicas.

O programa teria a duração de cinco anos, devendo ser instaladas, no primeiro ano, 15 mil escolas radiofônicas, a serem aumentadas progressivamente. Para tanto, a CNBB colocava à disposição do Governo Federal a rede de emissoras filiadas à RENECA – Representação Nacional das Emissoras Católicas, comprometendo-se a aplicar adequadamente os recursos recebidos do poder público e a mobilizar voluntários, principalmente para atuar junto às escolas como monitores e às comunidades como líderes (FÁVERO, 2004).

As origens do MEB têm sido localizadas nas experiências de educação pelo rádio realizadas pelos bispos brasileiros na Região Nordeste, principalmente no Rio Grande do Norte e em Sergipe, nos anos de 1950. No Rio Grande do Norte, foram realizadas as primeiras experiências com radiodifusão educativa, em escolas radiofônicas organizadas pela diocese de Natal, mas foi na diocese de Aracaju que

ocorreu a primeira experiência oficial de radiodifusão educativa do que viraria a ser conhecido como MEB, em (PAIVA, 1987). A partir da realização de um convênio com o SIRENA – Sistema Rádio-Educativo Nacional, foi montado, no estado de Sergipe, um sistema de rádio-educativo que contava com toda uma estrutura de produção de programas, treinamento de recursos humanos, transmissão e recepção organizada.

O primeiro artigo dos estatutos do MEB dizia que “O Movimento de Educação de Base (MEB), instituído e organizado sob a responsabilidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), é uma entidade de fins não lucrativos e filantrópicos, com prazo de duração indeterminado e com sede no estado do Rio de Janeiro” (IPEA / IPLAN, 1976, p. 25). Os objetivos gerais do MEB, como entidade, eram os de prestar ampla assistência educacional, visando os adolescentes e adultos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, usando para isto a radiodifusão.

Em 1964 foram aprovadas as Normas e Diretrizes para o funcionamento do MEB, que definiam melhor estes objetivos, apresentando os meios mais adequados para alcançá-los, que iam das próprias aulas e programas radiofônicos até festas populares (PINTO, 1989).

Este Movimento não buscava simplesmente uma educação formal, onde as pessoas atingidas recebessem uma série de informações que muitas vezes não se relacionavam em nada com o seu cotidiano, havia a preocupação em levar em consideração o saber do educando, sendo que o processo de leitura partia de sua experiência de vida. Segundo Medeiros, “os próprios documentos do MEB diziam que os objetivos específicos de cada escola radiofônica eram a conscientização, a mudança de atitudes e a instrumentação das comunidades” (1992, p. 198), indo ao encontro de outros projetos de educação idealizado por Paulo Freire – que viria a influenciar em muito estes projetos de educação a distância.

Aqui é importante destacar a contribuição do educador Paulo Freire para a implantação no Brasil de uma educação popular tendo como foco principal o combate ao analfabetismo, expressão da pobreza, da miséria e do

subdesenvolvimento. A grande obra desse educador, referência em educação para a América Latina, apresenta o compromisso de valorizar o diálogo e a interação como fundamentos necessários para a libertação do educando. Através destes processos, haveria uma humanização das pessoas, e estas ficariam aptas a uma ação consciente e livre, usando para isso análises de situações concretas. Com isso, elas teriam condições não só de ler e escrever, ou de realizar operações matemáticas, como de conhecer técnicas de trabalho em grupo ou noções de higiene e saúde. Paulo Freire influenciou beneficentemente os movimentos educacionais no Brasil e em outros países a partir da década de 50, como foi o caso do MEB.

Estruturalmente, o MEB era formado por um Conselho Diretor Nacional, composto por 11 membros – sendo 10 indicados pela CNBB (em sua maioria bispos) e 1 indicado pelo Governo Federal, um Conselho Nacional de Representação e Consulta e um Conselho Fiscal – sendo os dois últimos responsáveis pela assessoria ao Conselho Diretor. Além destes conselhos, havia uma Equipe Nacional, responsável pelo estabelecimento das normas de funcionamento, pela execução e pela avaliação do projeto (PIMENTEL, 1989).

As unidades básicas do MEB eram os Sistemas de Educação de Base, que contavam com equipes locais, responsáveis pela execução do programa nas comunidades atingidas, através de animadores, monitores e educadores. Os Sistemas locais utilizavam, em sua maioria, a emissão de programas radiofônicos, utilizando uma rede de recepção organizada em escolas, igrejas, ou outros locais apropriados das comunidades. Havia, ainda, equipes de coordenação regionais e um secretariado central, sediado no Rio de Janeiro, que organizava os sistemas e coordenava os trabalhos do MEB no país (EQUIPE DO SECRETARIADO NACIONAL, 1982, p. 35).

A programação era sempre feita em nível de sistemas, com a orientação da Equipe Técnica Nacional, sendo dividida em aulas para escolas radiofônicas, cursos radiofônicos e programas especiais. As aulas para escolas radiofônicas visavam auxiliar os monitores na alfabetização e pós-alfabetização, e eram também organizadas em sistemas, tendo um caráter comunitário, pois aproveitavam as

peculiaridades de cada região atingida.

Os cursos radiofônicos tinham como público alvo tanto os monitores como a população das comunidades atingidas pelo MEB, informando e formando grupos em torno de temas importantes para determinada comunidade, como saúde, técnicas agrícolas ou formação de cooperativas, utilizando formatos de comunicação usuais dos alunos, como dramatizações ou desafios de cantadores (COSTA, 1986).

De acordo com Moreira:

“Os programas especiais eram normalmente de caráter recreativo, sendo veiculados nos fins de semana, e não visavam somente as escolas, mas toda a população das áreas atingidas. O conjunto das aulas radiofônicas, dos cursos radiofônicos e dos programas especiais, formavam o programa do sistema, com duração de aproximadamente um ano, tendo um período anterior de preparação e de estudos para a organização de toda a programação.” (1991, p.70).

O Movimento de Educação de Base utilizava como referência para o desenvolvimento de seus programas educativos, as fases do trabalho dos agricultores: preparação dos terrenos, plantio, colheita e venda dos produtos, sendo que cada fase correspondia a uma unidade do programa. Desta forma, o MEB utilizava informações do cotidiano das comunidades atingidas, aproximando profundamente o público atingido por sua programação educativa (FÁVERO, 2006).

Toda a programação do MEB era transmitida ao vivo, através de emissoras pertencentes às dioceses onde se localizavam as sedes de cada sistema, que cediam os horários para as transmissões. A recepção organizada dos programas era realizada em escolas radiofônicas e em grupos de audiência organizada, sendo que, durante o desenvolvimento dos projetos educativos do MEB, as técnicas de animação popular foram tomando o lugar de destaque inicialmente ocupado pela programação radiofônica. Animação popular entende-se como o “trabalho animado por elementos populares em que o próprio povo assumia processualmente o movimento educacional por ele desencadeado” (SOUSA, 1990, p:7). Era um trabalho assumido e encabeçado por elementos do próprio meio

que, contaria com maiores possibilidades de aceitação pelos ouvintes.

A capacitação dos participantes foi um dos aspectos que recebeu maior atenção por parte da coordenação do MEB, sendo realizada através de treinamentos, encontros e dias de estudo. A capacitação dos monitores, que atuavam diretamente com as escolas radiofônicas, baseava-se em dinâmica de grupo e técnicas de planejamento, controle e avaliação dos resultados obtidos, sendo um treinamento mais específico que o dos animadores – que era dirigido ao preparo do pessoal responsável pelas atividades dos grupos de diversas categorias, para possibilitar a reflexão e a resolução dos problemas das comunidades (PIMENTEL, 1999). Já a capacitação do pessoal profissional era feita através de supervisão, treinamento e encontros. Através da supervisão, a equipe técnica nacional podia acompanhar o trabalho realizado pelas equipes regionais e locais, estando em contato direto com os profissionais de cada sistema, dentro da realidade de trabalho de determinado local.

De acordo com Oliveira:

“Nas viagens de supervisão, os técnicos da equipe nacional do MEB visitavam as comunidades, discutiam questões ligadas ao projeto com os próprios moradores e participavam de toda a produção dos programas e cursos junto com as equipes locais – o que permitia uma melhor avaliação dos resultados obtidos pelo Movimento em cada região, e um planejamento mais voltado para as realidades de cada grupo.” (1992, p. 240).

Os treinamentos do pessoal profissional se davam através de reuniões de todos os integrantes de cada região, na sede de um dos sistemas, com a assessoria direta de dois ou três membros da equipe técnica nacional.

O principal objetivo dos treinamentos era capacitar as equipes dos diversos sistemas para o trabalho educativo e definir o objetivo que cada equipe deveria alcançar, a partir das necessidades específicas, como técnicas de animação popular, alfabetização, programação radiofônica, planejamento e pesquisa educativa. Nos encontros regionais, elementos de diversas equipes do MEB se reuniam para discutir os problemas comuns, e, a partir daí, eram feitos projetos específicos para

as diversas regiões (NISKIER, 1972).

As verbas para a manutenção do Movimento de Educação de Base vinham de convênios com o Ministério da Cultura, com as superintendências de cada área alcançada pelo projeto e com algumas outras entidades nacionais (como a Legião Brasileira de Assistência – LBA). A maior parcela de recursos destinados ao MEB vinha do MEC, o que muitas vezes foi prejudicial ao funcionamento normal da entidade, devido aos constantes atrasos na liberação das verbas federais.

Devido ao seu caráter conscientizador dos integrantes das comunidades, principalmente das menos favorecidas economicamente, o MEB enfrentou sérias restrições durante a fase mais radical do regime militar, “sendo considerado um movimento perigoso para o sistema político da época, e ficando obrigado a moderar a sua pedagogia libertadora” (FONSECA apud BLOIS, 1996, p. 46). Visando guiar o desenvolvimento deste projeto de acordo com sua ideologia, o governo militar determinou que todo o conteúdo produzido deveria passar por uma censura prévia, onde as aulas radiofônicas seriam gravadas e ouvidas pelos militares e posteriormente seriam veiculadas, com ou sem adaptações.

A repressão da Ditadura fez com que o MEB perdesse, progressivamente, a sua prática questionadora e a sua característica de educação popular. E, a partir de 1965, ele entra em declínio, em razão da diminuição das verbas governamentais.

Mesmo assim, o movimento conseguiu ser a maior experiência de educação não formal a distância no Brasil, chegando a alfabetizar quase meio milhão de camponeses, através de mais de 5.000 grupos locais. Por todo este esforço em realizar um trabalho de qualidade na educação popular, o MEB recebeu o Prêmio Reza Pahlevi, da UNESCO (EQUIPE DO SECRETARIADO NACIONAL, 1982).

7.2 FEPLAM – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PADRE LANDELL DE MOURA

A partir de um convênio entre a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e a Diretoria de Ensino Secundário do MEC, foi criado o SERTE, Serviço de Rádio e

Televisão Educativa, precursor da FEPLAM – Fundação Educacional Padre Landell de Moura, uma entidade não-oficial que realizaria uma série de projetos na área de educação a distância (HORTA, 1972). No mesmo ano, 1965, a Diretoria de Ensino Industrial do MEC já havia decidido pela utilização dos meios de comunicação para ampliar o acesso de adolescentes e adultos ao ensino profissionalizante, o que viria a se concretizar a partir de convênios como o que criava o SERTE.

O Serviço de Rádio e Televisão Educativa foi instalado, inicialmente, no Serviço de Radiodifusão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Na Rádio da Universidade foram produzidas as primeiras séries educativas, tanto para o rádio como para a televisão.

A série “Colégio do Ar” foi a precursora na radiodifusão educativa da Região Sul do país, sendo a primeira grande experiência em educação supletiva com recepção organizada em todo o país. Formou-se uma cadeia de emissoras para a gravação das aulas e foram criados postos de recepção em cada emissora. As prefeituras municipais, delegacias de educação e agências comunitárias ajudaram a criar coordenações municipais no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (CASTRO, 2007).

As experiências iniciais do SERTE demonstraram que haveria a necessidade da criação de uma entidade como pessoa jurídica, que teria mais possibilidades de atuação do que um grupo de trabalho regido por meio de convênio (CABRAL, 1981). No dia 6 de maio do ano de 1967, o SERTE seria substituído por uma nova Fundação com fins educativos, que teria como patrono o cientista e padre Roberto Landell de Moura.

Neste ponto, é necessário explicar a importância do Padre Landell na radiodifusão brasileira. Nascido em Porto Alegre, em 21 de janeiro de 1861, onde faleceria em 1928, Roberto Landell de Moura usou seus conhecimentos científicos para descobrir princípios que dariam origem ao teletipo, ao rádio e à televisão, além de vários inventos ligados às telecomunicações. Em 1901, ele patenteou um aparelho de transmissão de palavras a distância, com ou sem fio, que podia ser

utilizado através da terra, do ar ou da água. Nos Estados Unidos, onde morou durante três anos, conseguiu patentear a telefonia, o telégrafo sem fio e o transmissor de ondas, com circuitos ainda desconhecidos na época (NETTO, 2005). Landell de Moura também foi precursor da válvula de três eletrodos - que seria muito importante no desenvolvimento da radiodifusão e na transmissão de mensagens, além de empregar os princípios da luz, atualmente utilizados através das fibras óticas e do laser. Roberto Landell de Moura também realizou pesquisas em outras áreas, como a química, a biologia, a psicologia e a medicina, sendo o primeiro cientista brasileiro a obter registro internacional de uma invenção pioneira (CASTRO, 2007). Por tudo isso, a Fundação foi batizada com o seu nome, difundindo suas idéias em todo o país.

A origem da Fundação Padre Landell de Moura teve como inspiração os vários movimentos de educação não-formal a distância realizados na América Latina, durante a década de 60 (GRINBERG, 1987).

Segundo Fábio Pimentel:

“A FEPLAM optou por transmitir programas que estimulassem uma postura crítica no público alcançado, possibilitando uma ampliação das relações entre os indivíduos e a sociedade, e tornando-os mais conscientes historicamente [...] Esta visão de uma educação mais voltada para a própria realidade dos alunos já vinha sendo a principal característica do Movimento de Educação de Base, e iria influenciar a maior parte dos projetos de educação que realmente teriam resultados positivos. Para colocar estas idéias em prática, a FEPLAM adaptou seus currículos e métodos às necessidades de cada grupo de pessoas que seriam atingidos pelo projeto educacional.” (1999, p.80)

Durante toda a sua história, a Fundação Padre Landell de Moura esteve mais presente nas vilas das periferias das grandes cidades e nas áreas rurais – principalmente nas regiões de pequenas propriedades agropecuárias, onde se encontra o seu público potencial. Os programas de educação, tanto nas cidades como no campo, utilizaram as manifestações culturais do povo do lugar, tornando a prática educativa mais acessível e aumentando o aproveitamento das comunidades.

Desde o início de suas atividades utilizou um sistema de multimeios, com material impresso, programas gravados em cassetes, audiovisuais (slides e fitas de vídeo) e material de divulgação. Tudo isso foi utilizado com o devido acompanhamento de monitores.

O conteúdo dos programas da Fundação vem de trabalhos realizados em conjunto com as próprias comunidades, tendo como objetivos principais realizar projetos de educação e extensão cultural, fazer pesquisas sobre as suas atividades, aprimorar o uso de tecnologias educacionais e executar todas as modalidades da radiodifusão (FEPLAM, 2003). Para isso, se tornou importantíssimo o papel de agentes comunitários, representantes de associações de moradores, sindicatos e outras entidades afins, que representam as necessidades da população e participam da criação dos projetos educativos. Outros apoios importantes aos trabalhos da FEPLAM vêm de organizações internacionais e nacionais, governamentais ou privadas, que auxiliam a execução dos projetos. Além destas organizações, as atividades educacionais contam com a participação direta de quatro comitês, formados por pessoas de diversos segmentos da sociedade do Sul do país, que são: Comitê de Programação, Comitê de Empresários, Comitê Cultural e Comitê Comunitário (PIMENTEL, 1999). Cada um destes comitês realiza reuniões periódicas, respectivamente para analisar e alterar a programação, planejar novos meios de obter os recursos necessários aos projetos, apoiar as atividades culturais da Fundação e participar do desenvolvimento dos projetos junto às comunidades.

Segundo Márcia Castro (2007), Os projetos educativos da FEPLAM podem ser divididos nas seguintes áreas de atuação:

- Educação Geral, que busca preparar adolescentes e adultos através de um sistema de ensino formal, tendo como principal programa o de alfabetização – a base necessária para qualquer outro processo de aprendizagem;
- Educação Cívico-Social, uma ampliação do currículo escolar oficial, abordando temas importantes para a ação comunitária;

- Educação Rural, uma série de cursos com conteúdos de agropecuária, adaptados para a necessidade específica de cada região;
- Iniciação Profissional, com cursos técnicos nas áreas de mecânica, eletrônica, radiodifusão e informática;
- Educação Para a Saúde, programa realizado em conjunto com os órgãos de saúde pública.

Pavan (2009), salienta que dentro dos projetos da FEPLAM, os principais programas educacionais realizados, utilizando o rádio como meio de transmissão, foram:

- **UM DESAFIO:** Foi iniciada em 1967, tendo como objetivo a alfabetização de adultos. Esta série era composta de 80 aulas de 30 minutos, num total de 40 horas de programação, tendo como conteúdo técnicas de leitura e escrita, conhecimentos básicos de Matemática, História e Moral e Cívica, num processo de educação permanente e semi-qualificativo. Como apoio à série “Um Desafio”, foram elaborados um livro-texto, fichas didáticas, cadernos de exercícios e um manual do monitor.
- **EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO:** Série destinada ao público infantil, com nível de 1º Grau, sob o título de “As Aventuras de Juca na Cidade Grande”, foi idealizada para ser desenvolvida nas escolas, estimulando nas crianças e adolescentes uma atitude de disciplina e respeito em relação ao trânsito. Contava com 40 programas de 9 minutos, num total de 6 horas, além de um importante material de apoio, composto do folheto “Linguagem dos Sinais” e de uma série de recursos audiovisuais, como sinaleiros e painéis. Esta série obteve resultados muito positivos, chegando a receber alguns prêmios internacionais na categoria de educação infantil.
- **EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO:** Curso produzido para o público adulto de nível primário, com 108 programas de 30 minutos, pretendia capacitar para o mercado de trabalho os alunos alfabetizados pelo MOBREAL. Foi transmitido durante o ano de 1971, já utilizando o horário noturno destinado aos

programas educativos pela Portaria nº 408/70 – que seria a responsável pela criação do Projeto Minerva.

- **CURSOS SUPLETIVOS DE 1º E 2º GRAUS:** Os cursos de preparação aos exames Supletivos de 1º e 2º Graus, também chamados de Madureza de 1º e 2º Ciclos, tinham como conteúdo o programa básico do sistema oficial de ensino, e buscavam uma educação formal, com a qualificação dos alunos através de testes de aprendizado. Eram divididos em aulas de aproximadamente 30 minutos, sendo dado um maior espaço para os conhecimentos de Português e Matemática. Os programas destes cursos seriam utilizados pelo Projeto Minerva, através de convênios realizados com a FEPLAM. O material de apoio dos Cursos Supletivos era formado por apostilas de revisão dos conteúdos básicos do primeiro Ciclo, além de uma outra específica para cada disciplina do 2º Ciclo.
- **MUNDO RURAL:** Programa lançado em 1981, o “Mundo Rural” é uma experiência de rádio educativo não-formal produzida até hoje, tendo como meta integrar o homem do campo ao desenvolvimento socioeconômico e cultural, levando informações sobre novas técnicas rurais. Este programa teve um alcance muito grande no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, tendo beneficiado uma boa quantidade de agricultores de diversos municípios, contando com o apoio das emissoras de rádio locais integradas ao projeto, além de outras instituições, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as Prefeituras Municipais. Como material de apoio do projeto foram produzidos cartazes, folhetos explicativos, audiovisuais, álbuns seriados e manuais.

O público alcançado pela FEPLAM chegou ao número de 780.000 alunos matriculados, divididos entre os vários programas educacionais. A teleducação rural foi a responsável pela maior parte destas matrículas, atingindo cerca de 450.000 alunos, seguida pela educação geral e pelas outras áreas de atuação. A partir de 1985, quando a Fundação inaugurou um Centro de Educação Permanente – CEP, com uma emissora de rádio e uma central de vídeo, houve um crescimento no

atendimento às populações das periferias urbanas, além das populações rurais. Para conhecer melhor estes resultados, a FEPLAM desenvolveu bastante o setor de pesquisa e avaliação, tendo realizado vários projetos nestas áreas, contando com a assessoria de consultores nacionais e internacionais.

Atualmente, a FEPLAM conta com uma estrutura bastante diversificada, que abrange todas as áreas da comunicação social, onde podemos destacar os seguintes órgãos: Central de Vídeo – VIDEOSOM, Escola Gráfica, Livraria e Editora, Tablóide “O Comunitário”, Escola de Comunicação Maurício Sirotsky Sobrinho, Estúdio de Som, Departamento de Comunicação, Laboratório Fotográfico, Cursos Livres Profissionalizantes, Centro de Educação Permanente, FEPLAM Eventos, Revista “Rio Grande Cultura” e a Rádio Educadora (MARTINS, 1991).

De acordo com Tavares:

“As atividades da Rádio Educadora iniciaram-se em 1985, a partir de um convênio com a Rede Brasil Sul, transmitindo na faixa de AM, tendo uma programação única no rádio comercial, voltada para a informação, a educação e o lazer [...] A transmissão dos programas de educação da Fundação era integrado socialmente à população através de um convênio formado por especialistas nas áreas de comunicação e educação, com a participação de representantes das comunidades. Uma unidade móvel é utilizada para dinamizar o contato entre a população e a Emissora, o que colabora decisivamente para o papel de prestadora de serviços da Rádio.” (1997, p.203)

Com estas diversas realizações, a FEPLAM conseguiu utilizar todas as técnicas de comunicação para promover o desenvolvimento de uma parcela considerável da população do Sul do país, principalmente nas áreas rurais e nas periferias. Este é um bom exemplo da eficácia de um programa de educação a distância, principalmente por conseguir atravessar um longo período mantendo uma linha de atuação coerente, apesar das mudanças por que o país passou – o que talvez se explique pela independência do sistema oficial, que apesar de apoiar através de convênios a transmissão dos programas, não interferiu diretamente nos projetos realizados pela FEPLAM.

8. PROJETO MINERVA

Este capítulo tem como objetivo uma tentativa de descrever um dos maiores e mais importantes projetos de rádio educativo, oficial, executado no Brasil. Levando ao leitor a fazer uma reflexão sobre as possibilidades e limites que um projeto de cunho educativo via rádio, como foi o Minerva, pode fazer para o fortalecimento educacional, além das contribuições para a compreensão e proposição de novos projetos educacionais apontando os cuidados a serem tomados em outras propostas que venham a ocorrer na educação a distância via rádio.

8.1 - A CRIAÇÃO DO PROJETO MINERVA

O governo militar brasileiro vinha estabelecendo algumas medidas para viabilizar de forma mais eficiente a transmissão de programas educativos e culturais, com o objetivo de promover uma mudança radical no processo educativo com a utilização do rádio e da televisão, acreditando que estes teriam um enorme potencial para solucionar os problemas educacionais existentes (PIMENTEL,1999).

A forma, então, encontrada pelo governo militar para o desenvolvimento da educação foi tornar obrigatório, em todas as emissoras de rádio brasileiras, a transmissão de uma programação educativa, oficial, produzida pelos órgãos públicos em conjunto com outras entidades educacionais como o MEB e a FEPLAM.

Visando atender aos objetivos do governo foi criado, em 1970, o Projeto Minerva - nome dado em homenagem à deusa grega da sabedoria. O projeto partiu da iniciativa do SRE – Serviço de Radiodifusão Educativa, tendo com objetivo principal atender a meta estabelecida: atingir o homem em qualquer local onde este se encontrasse para, assim, auxiliá-lo no desenvolvimento de suas potencialidades enquanto ser pensante e enquanto cidadão participativo e integrante de um meio social (CASTRO, 2007).

“Além de usar o rádio como meio de comunicação de massa para fins educativos e culturais, o Projeto Minerva visava atingir a pessoa onde ela estivesse para desenvolver suas

potencialidades. Era voltado ainda, à divulgação e orientação educacional, pedagógica e profissional, inclusive à programação cultural de interesse das audiências.” (MONTEIRO, 1996, p.40)

Segundo Castro (1996), desde 1964 o governo militar brasileiro ansiava por uma mudança radical no processo educativo no país com a utilização de tecnologias como rádio e TV que, de acordo com o que idealizavam poderiam ser a solução imediata para os problemas educativos existentes. Assim sendo, a principal proposta do Projeto Minerva consistia em implantar uma cadeia de rádio educativa através de métodos de ensino não convencionais que atingissem grande parte da população e suprisse as deficiências educacionais, então existentes na educação formal, como a escassez do número de escolas e de professores.

A escolha do rádio como instrumento de propagação das ações delineadas no Projeto Minerva se deve ao fato do rádio ter um custo mais baixo no que se refere à aquisição e manutenção de aparelhos receptores, pela familiaridade da população com o rádio, da possibilidade de alcançar os ouvintes onde quer que estivessem e pela sua linguagem coloquial de fácil entendimento por todos. Mas o rádio também apresenta algumas limitações como, por exemplo, a exigência de uma grande concentração por parte do aluno, já que o tempo em que é dada a informação é irreversível e a ausência de imagem, que prejudica o entendimento de assuntos que dependam destas.

“[...] a Lei nº 5.692/71 admitiu a utilização de rádio, TV, correspondência e outros meios de comunicação para atingir um maior número de alunos. A legislação reconhecia a tecnologia como fator de educação, porém só a recomendava de forma supletiva.” (NISKIER, 1999, p.27)

Para dar início ao Projeto Minerva foi preciso à criação do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, pelo qual o CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicações ficaria responsável pelo comprimento da transmissão, em caráter obrigatório, de programas educativos para toda a rede de emissoras de radiodifusão, tendo definido a faixa de horário para a transmissão, a duração e a qualidade da programação. Segundo Fábio Pimentel, “por este decreto, a duração máxima dos programas deveria ser de 5 horas semanais e as transmissões seriam realizadas

entre 7 e 17 horas” (1999, p.62). Esta definição acarretou em problemas para a execução do Projeto. Os programas ficariam restritos a uma parcela da sociedade, pois o horário das pessoas que moram e trabalham em um centro urbano é completamente diferente do horário de um agricultor, o que fica evidenciado a necessidade de horários alternativos que possibilitem uma maior abrangência pelo público.

Em fevereiro de 1970, foi baixada uma portaria de acordo com as Leis de Diretrizes e Bases de Educação Nacional e a legislação que responsabilizava o SRE pela produção, promoção e irradiação dos programas rádio educativos. Onde se ficou estabelecido (MOREIRA, 1991):

- O tempo obrigatório e gratuito de 5 horas semanais para as emissoras, que se dividiriam em 30 minutos diários de segunda à sexta-feira, e 75 minutos aos sábados e domingos, entre 7 e 17 horas;
- Os programas destinados a complementar os sistemas regulares e supletivos de ensino e a dar uma educação continuada para adolescentes e adultos;
- Os conteúdos, que deveriam estar em conformidade com as Leis de Diretrizes e Bases, além de proporcionar um intercâmbio entre diversas instituições públicas e privadas;
- A delegação de competência às Secretarias de Educação Estaduais para a utilização dos horários de transmissão nas emissoras;
- A total proibição de propaganda direta ou indireta durante os horários reservados para a transmissão educativa.

Em relação a sua estrutura, de acordo com Marlene Blois (2006), o Projeto Minerva se estruturava em quatro coordenações: Planejamento, Atividades Educacionais, Comunicação e Administração, e estas se dividiam em setores responsáveis por atividades específicas.

A Coordenação de Planejamento elaborava e acompanhava o projeto como

um todo, sendo responsável pelo desenvolvimento dos estudos e pesquisas sobre o Projeto.

A Coordenação de Atividades Educacionais era a que ficava responsável pela definição dos currículos e elaboração do material a ser usado no curso. Tendo também a função de controlar a qualidade dos roteiros e dos programas, além de produzir os instrumentos de avaliação de aprendizagem.

“Com relação à verificação da aprendizagem, a Equipe Nacional do Projeto Minerva elaborava três testes de cada disciplina que seriam fornecidos às unidades federativas para aplicação e registro [...] Era dada total liberdade às Secretarias Estaduais de Educação para elaborarem outros instrumentos com o mesmo fim, em atendimento ao tipo de avaliação que desenvolviam no processo ou fora do processo. O conteúdo básico cobrado nos testes deveria fazer parte dos materiais impressos e das rádios-aula correspondentes.” (BLOIS apud CASTRO, 2007, pag. 50)

A Coordenação de Comunicação ficava a frente de uma das etapas mais importantes que era a de produção dos programas radiofônicos que ia desde a produção ao controle de qualidade e copiagem. Esta atividade era de suma importância, pois para que houvesse uma compreensão do conteúdo transmitido, era necessário a adequação ao formato midiafônico. Por fim, a Coordenação Administrativa era responsável pelos setores de pessoal, contabilidade e material.

O responsável pelo controle do sistema era a coordenação executiva, que recebia mensalmente uma espécie de relatório das coordenações, contendo uma síntese das atividades feitas pelo planejamento (HORTA, 1972).

O Projeto Minerva, segundo Marlene Blois (1996), atuava em cada estado, na implantação de uma estrutura de coordenação das atividades de:

- Educação à distância;
- Na criação de um serviço de copiagem dos programas;
- No aperfeiçoamento da produção e distribuição da programação do SRE;

- Na contratação de serviços para os centros de produção e na elaboração de contratos com as emissoras para a utilização dos horários.

Na verdade o Projeto Minerva, coordenava a utilização dos horários nas emissoras visando dar apoio aos sistemas estaduais de ensino. Desta forma “prestava assistência às Secretarias de Educação durante o planejamento, a execução, a avaliação e o controle da utilização das faixas disponíveis para a transmissão” (PIMENTEL, 1999, p.78).

Desta forma, o Projeto Minerva tentava aproximar os sistemas de educação de todas as regiões do país, dando assistência ao desenvolvimento de cada um em específico e do sistema nacional como um todo – o que era viabilizado pela utilização da EMBRATEL e do tráfego de fitas magnéticas pelas emissoras das localidades que a Empresa Brasileira de Telecomunicações ainda não havia alcançado (CASTRO, 2007).

Quanto a distribuição das aulas: a Rádio MEC enviava o material à EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações) ou à Agência Nacional, as quais transmitiam para as principais emissoras de cada região do país, e estas, por sua vez, passavam a ser novos centros de distribuição para as outras emissoras menores, ou, por outra forma na qual enviava fitas magnéticas gravadas para as emissoras das localidades com dificuldades na recepção de sinais (PAVAN, 2006).

A recepção dos programas poderia ocorrer de 4 formas, de acordo com o Plano Curricular do Curso (1980):

- Recepção Organizada: os alunos freqüentariam diariamente um rádio-posto com o acompanhamento do orientador de aprendizagem para acompanhar as aulas pelo rádio e desenvolver os trabalhos individuais e ou de grupo necessários à fixação dos conceitos enfocados e submeter-se a testes de verificação da aprendizagem. Para este tipo de acompanhamento os alunos, inscritos reuniam-se de segunda à sexta-feira no radioposto, permanecendo, em média, duas horas e meio diariamente. Portanto, o radioposto era o local

onde o grupo reunia-se para a audição das rádio-aulas e o desenvolvimento das atividades instrucionais propostas em cada aula, sendo esta a melhor das formas de recepção, pois através do contato diário com os alunos se poderia fazer uma avaliação mais completa do aprendizado.

Quadro 1: Procedimento na Modalidade de Recepção Organizada		
Etapas de Aula	Duração	Procedimentos Didáticos
Antes da Rádio-aula	30 min.	Preparar-se para audição das aulas do dia: 1. Leitura do texto no Jornal do Telecurso: <ul style="list-style-type: none"> • Localizar e ler o texto 2. Discussão Dirigida: <ul style="list-style-type: none"> • Trocar idéias sobre os assuntos da rádio-aula
Durante a Rádio-aula	30 min.	Audição da rádio-aula do dia: 1. Anotar no quadro-de-giz os pontos chaves da aula, além de números, datas e normas: <ul style="list-style-type: none"> • Anotar possíveis dúvidas; • Realizar tarefas sugeridas pelo professor locutor.
Após a rádio-aula	90 min. (em média)	Desenvolvimento das aulas do dia: 1. Trabalho individual e/ou em grupo: <ul style="list-style-type: none"> • Executar as atividades propostas na rádio-aula e no Jornal do Telecurso; • Esclarecer possíveis dúvidas; • Consultar material complementar; • Explorar os temas abordados sob a forma de discussão em grupo. 2. Conferir suas respostas com as Chaves de correção

Fonte: Plano Curricular do Curso Supletivo de 1ª Grau SPG/Via Rádio (1980).

- **Recepção Controlada:** O aluno inscrevia-se no curso e poderia ouvir as aulas em casa, local de trabalho, etc. Reuniam-se periodicamente nos centros

controladores (também chamados Centros de Atendimento), em local e hora determinados, de comum acordo com o orientador de aprendizagem, para fazer trabalhos de grupo, receber explicações relacionadas às tarefas ou ao conteúdo das aulas e fazer os testes de verificação de aprendizagem. Nos Centros controladores, os alunos contavam com a assistência de professores da matéria que estivesse sendo veiculada.

- **Recepção Isolada:** O aluno matriculava-se no curso e ouvia as aulas em casa ou em local de sua preferência. Não assumia nenhum compromisso de frequência com o radioposto ou Centro Controlador; no entanto, poderia ser atendido pelo Núcleo de Ensino por Correspondência, que iria acompanhá-lo em termos didático-pedagógicos e avaliar seu progresso à distância.
- **Recepção Livre:** O aluno ouvia as rádios-aula em local de sua conveniência, sem, contudo ter-se inscrito no curso; portanto, não havia nenhuma forma de se fazer qualquer tipo de acompanhamento e controle desse aluno, que assumia a responsabilidade pela sua própria aprendizagem.

Com relação aos educadores, cada estado deveria possuir um coordenador responsável pelo Projeto que seria um professor com licenciatura, um supervisor que seria o responsável pelo acompanhamento de dez radiopostos, além de um orientador da aprendizagem responsável pelos alunos do radioposto. O orientador de aprendizagem seria o responsável por dinamizar o processo de ensino-aprendizagem, acompanhando o desenvolvimento do aluno no processo de acordo com seu ritmo. Além de possuir a função de manutenção, organização e funcionamento do radioposto, objetivando a melhor integração do aluno no grupo e na comunidade (CASTRO, 2007).

A direção do Projeto objetivando dar suporte as secretarias de educação estaduais, fazia visitas, as mesmas, com o intuito de unificar as atividades didáticas e educativas. Pois desta forma se teria a possibilidade de manter as diretrizes e finalidades do Minerva. Além disso, se fornecia informações para o desenvolvimento, diagnóstico das necessidades dos coordenadores, supervisores e monitores, e

análise dos relatórios enviados. Mesmo com todo este controle do sistema, os subsistemas estaduais tinham “autonomia” para organizar o processo de supervisão, fazendo o controle e o acompanhamento do curso e dos resultados através de questionários e fichas de avaliação individuais para cada aluno (TAVARES, 1999).

O projeto veio atender aos níveis de 1º e 2º graus através do oferecimento de diferentes tipos de curso. O curso supletivo de 1º grau entre o período de 1973 a 1977 obteve uma média de 80.000 alunos, chegando a contar com um total de 138.000 alunos em sua última emissão (PIMENTEL, 1999). Aqui vale ressaltar que esses dados não correspondem ao número total, pois devido às diversas formas de recepção dos programas fica impossibilitada a quantificação exata dos ouvintes.

Mesmo tendo um baixo número de ouvintes atingidos pelas transmissões dos cursos, tendo consideração ao que se propunha o projeto, pode-se afirmar que houve uma evolução do alcance do Projeto Minerva, durante a década de 70. No entanto, analisando as possibilidades de um projeto com todo o apoio governamental, tanto financeiro como profissional, e com toda a rede de emissoras de rádio do país disponibilizada para as transmissões, vemos que o resultado ficou muito abaixo do que realmente se esperava (BLOIS, 2005).

Posteriormente, foi lançado o Curso Supletivo de 2º Grau, com o respaldo da Lei nº 5692 / 71 – que estabelecia as funções principais do Ensino Supletivo no país, entre as quais as de suplência que se direcionava aos alunos adolescentes e adultos que pretendiam completar a escolarização regular de 2º Grau e no caso de suprimento focavam àqueles que desejavam aperfeiçoar-se ou atualizar seus conhecimentos.

De acordo com Márcia Castro:

“Algumas características básicas deste curso [...] era a possibilidade de utilização de todas as novas tecnologias educacionais, através de um sistema de multimeios – composto de projeções, do rádio e de materiais impressos – e a idéia de se atender o maior número de pessoas ao mesmo tempo, em qualquer localidade e em curto prazo, o que caracteriza todo o

processo de educação a distância. Assim, os alunos teriam novas oportunidades de desenvolvimento pessoal e melhores oportunidades profissionais, podendo integrar-se ao desenvolvimento sócio-econômico do país” (2007, p.58).

O público ao qual era destinado este curso eram as pessoas com idade acima de 19 anos e grau de escolaridade equivalente ao 1ª grau. “Sendo possível o sistema de ensino realizar testes prévios com objetivo de conhecer e possibilitar melhores condições de desenvolvimento aos alunos” (PIMENTEL, 1999).

Além de oferecer a possibilidade de um ensino sistematizado, o curso supletivo de 2º graus, permitia a continuidade do estudo aqueles que ainda participavam do sistema oficial de ensino. Desta forma pessoas que tiveram de interromper seus estudos, pelos mais variados motivos, teriam esta oportunidade de regressar ao aprendizado (BAHIA, 1990). A quantidade de alunos a serem atendidos dependeria da quantidade de recursos humanos, materiais, financeiros e técnicos disponível nas Secretarias de Educação.

O Projeto Minerva foi perdendo sua força, em parte devido ao fim do regime militar – que tinha sido responsável por viabilizar toda a estrutura do Projeto que, como pode ser constatado, justificou politicamente a atuação governamental na área da educação e servia ao formato de desenvolvimento da cultura nacional unificada, característico daquela fase. A idéia de um país sem fronteiras, onde todos tivessem acesso às informações produzidas nos grandes centros, já havia se estruturado com o desenvolvimento da televisão – que passou a ser a grande responsável pela irradiação de informação e entretenimento, em grande escala –, e algumas experiências isoladas de programações culturais.

O projeto se estendeu até a década de 80, e durante todo o tempo em que esteve em transmissão teve de conviver com elogios e críticas. As críticas, segundo LIMA (1990), estão focadas basicamente nos seguintes aspectos:

- Currículos: as equipes não estavam bem preparadas para esta tarefa, elaborando currículos extremamente simplificados;

- A radiodifusão: as horas destinadas a programação do projeto não foram cumpridas;
- A tecnologia utilizada: as pessoas não reconheciam a rádio como meio educativo;
- O atendimento sistemático aos alunos: as equipes regionais não foram suficientes para suportar a demanda de solicitações por parte dos alunos;
- Conteúdos: os conteúdos não foram adaptados a realidade da população das diferentes regiões do país.

Com relação aos conteúdos não adaptados, o Projeto Minerva tinha um cunho informativo-cultural com uma produção regionalizada, concentrada no eixo Sul-Sudeste e uma distribuição centralizada (Del Bianco, 2001). Com tais características o Minerva não abrangia a diversidade cultural (costumes, sotaques, modo de vida) e nem às necessidades e interesses de cada região do país.

Seu caráter totalmente desconectado da realidade, dos ouvintes, fez com que o projeto não conseguisse atingir o objetivo proposto. Segundo o Site Aprendiz (2001), o programa acabou não conquistando a população, que o chamava de “Projeto Me Enerva” que contribuiu para fortalecer a imagem de que o rádio educativo é chato e cansativo. Devido a esses fatores o projeto não foi bem aceito pela população justamente por estar desconectado da realidade, por não partir dos conhecimentos prévios dos alunos, não estimulando assim seu interesse e seu potencial.

Marlene Blois (1996), que participou ativamente do Minerva, mesmo admitindo as finalidades do projeto de consolidação das políticas ditatoriais onde o regime militar buscou explorar estas potencialidades da educação e da radiofonia em defesa de seus interesses, tem uma avaliação positiva. Para ela, o que mais deve contar são os benefícios que o Minerva trouxe para o desenvolvimento do rádio educativo.

O Projeto Minerva, na verdade criado para dar suporte

educativo ao “milagre brasileiro” de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, escoar a demanda oriunda das salas de alfabetização/educação continuada do MOBRAL, passa a ser a grande vitrine do rádio educativo no Brasil. Se não fosse o horário único para todo o Brasil de veiculação, sucedendo na programação das emissoras “A Hora do Brasil” (depois “A Voz do Brasil”) e imposto em função do acordo estabelecido entre o MEC e a ABERT, talvez não tivesse tido contra si tantas opiniões negativas. [...] o Minerva sofre injustiças aos ganhos que contabilizou socialmente e a favor do rádio para fins educativos e culturais. (BLOIS, 1996, p. 162-163)

O projeto chegou ao fim “por motivos políticos e pela falta de visão do uso do rádio (como meio de levar a educação) por muitos dos responsáveis pelo MEC”, de acordo com Blois (apud Castro, 2007).

De qualquer maneira, o Projeto Minerva pode contribuir muito para a compreensão e proposição de novas formas educacionais usando o rádio como meio. Se as críticas apontam, de certo modo o fracasso do projeto, por um outro aponta quais são os “cuidados” a serem tomados em outras propostas que venham a ocorrer na EAD. A descrição, mesmo que parcial, de um projeto de rádio de cunho educativo como foi Projeto Minerva, permite uma melhor visualização do papel, importância e oportunidades do rádio enquanto instrumento educativo.

8.2 - INFORMATIVOS CULTURAIS

É importante destacar uma experiência de grande sucesso que acontecia nos intervalos das emissões do Projeto Minerva, que eram os Informativos Culturais. O objetivo geral desses Informativos era transmitir informações sobre conhecimentos gerais, sendo também uma forma de entretenimento – fazendo uso de uma das características principais do meio radiofônico.

Tendo um tratamento mais leve, do que o utilizado nos cursos regulares, os informativos abordavam uma série de temas culturais. Cada série trataria de temas específicos, que, em conjunto, iriam compor um panorama cultural bastante amplo, tentando dar uma maior visibilidade as mais diversas manifestações de cada região.

“As séries eram produzidas pelas equipes do Projeto Minerva, em conjunto com alguns dos melhores profissionais de cada área, como Paulo Tapajós, Ricardo Cravo Albim, Rosinha de Valença, Sérgio Cabral e Guerra-Peixe (música); Assis Brasil, Haroldo Bruno e Aurélio Buarque de Hollanda (língua portuguesa e literatura); Arnaldo Niskier (educação); Ronaldo Freitas Mourão (astronomia), entre outros” (BLOIS, 1999).

Segundo Fábio Pimentel,

“os Informativos Culturais eram transmitidos diariamente, no horário normal dos Cursos e, fora destes intervalos, iam ao ar aos sábados às 13 horas e aos domingos às 10 horas, sempre durante 1 hora e 45 minutos. Nos fins de semana, a audiência destes programas era bastante significativa.” (1999, p. 75)

Os informativos Culturais, talvez foram o maior sucesso do Projeto Minerva, pois fazendo uso de uma programação menos rigorosa no que diz respeito ao formato e conteúdo, demonstraram que projetos que não tinham como objetivo alcançar certificados de graduação podem ser mais adequados para esta forma de educação a distância.

8.3 - PROJETO EDUCATIVO NA BAHIA

No caso do Estado Bahia existiu outro projeto que se constituiu no mesmo período em que o Projeto Minerva se desenvolvia: o IRDEB. A Bahia se recusou a participar da proposta do SRE, tendo como base a concepção centralizadora tanto da organização dos conteúdos, quanto dos cursos propostos no Minerva. O projeto IRDEB - Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia - nasceu como uma iniciativa própria do Estado, que possuía já há algum tempo a prática da formação a distância e comunitária desenvolvida antes mesmo do Movimento de Educação de Base (MEB).

Como se refere Alonso (2004) O projeto IRDEB, além de oferecer à população da Bahia uma grande variedade de programas (de educação básica e secundária), também ofereceu formação a professores.

Os cursos foram estruturados através das prefeituras municipais, onde tiveram um acompanhamento mais efetivo que aquele realizado no Projeto Minerva. Sua programação foi baseada em 3 tipos de ação: uma informacional, recreativa e cultural; outra com conteúdos culturais e sociais e uma terceira com objetivos educativos.

O IRDEB surgiu em 1969 e se estendeu até o ano de 1977. Neste período cerca de 78.106 pessoas foram atendidas em um público estimado, inicialmente, em 400.000 (PERRONE, 2003). De 38 monitores em 1970, o projeto chegou a 208 em 1977, cada um deles atendia a 30 estudantes. A evasão (ou o abandono, como se denomina na EAD) de todos os cursos foi ao redor de 15% em 1977, dado muito significativo na EAD que, geralmente, tem altas taxas de abandono (cf. GARCIA-ARETIO, 1995).

De acordo com Alonso (2001), se o projeto Minerva sofreu críticas quanto a seus conteúdos e currículos, o IRDEB tem suas vantagens justamente nestes pontos. Por se tratar de um projeto de menor difusão e manter linhas de formação já estabelecidas no Estado da Bahia, desfrutou de uma boa aceitação pela população.

O financiamento deste projeto se deu através da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional e do Programa Nacional de Tele-educação. Talvez o seu financiamento, foi o seu grande problema, pois, conforme LIMA (1990), as agências financiadoras não sustentaram o projeto indefinidamente e, tampouco, houve a preocupação de se criar formas de auto-sustentação relativas ao mesmo. Assim, na medida em que as agências financiadoras saíram das parcerias o projeto não teve continuidade.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rádio adaptou-se melhor do que qualquer outro meio de comunicação às condições territoriais e econômicas do Brasil e com poucas dificuldades venceu enormes distâncias, ligando os grandes centros urbanos às regiões mais remotas, atuando no progresso e integração dessas regiões. Trata-se de um meio de comunicação de massa cuja importância na educação a distância tornou-se destacada em razão de sua abrangência e praticidade.

Ao defender a transmissão de programas educativos pelo rádio como uma tentativa de propagar a educação e cultura, Roquette Pinto, estava empenhado na luta para democratizar o acesso ao conhecimento, pois acreditava no valor informativo e cultural que este meio poderia vir a desenvolver. E mesmo que seus objetivos não tenham sido alcançados naquele momento, sua iniciativa abriu perspectivas para uma série de outras experiências consideradas inovadoras e ousadas, as quais utilizavam o rádio como um meio de comunicação capaz de melhorar a instrução da população brasileira. Iniciava-se com Roquette Pinto a história do rádio educativo brasileiro, história esta que se confundiria com a da própria radiodifusão.

Dentro dessas experiências consideradas inovadoras tivemos o MEB - Movimento de Educação de Base, que foi um dos principais projetos educativos realizados e a Fundação Educacional Padre Landell de Moura, uma instituição que continua transmitindo educação às populações do sul. Estes projetos tinham como uma de suas principais características ir além de uma educação formal, onde os ouvintes receberiam, apenas, uma série de informações que muitas das vezes não se relacionavam em nada com seu cotidiano. Estes projetos tinham uma visão de uma educação mais voltada para a própria realidade dos alunos, fazendo uso das peculiaridades de cada região, fazendo uma programação mais atrativa e de acordo com suas realidades. O MEB e o FEPLAM são dois exemplos do uso rádio como instrumento educativo que tiveram certo sucesso e que colaboraram para o desenvolvimento de futuros projetos.

Acreditando neste enorme potencial do rádio como instrumento educativo foi criado o Projeto Minerva, que surgiu com a proposta de implantar uma cadeia de rádio educativa através de métodos de ensino não convencionais que atingissem grande parte da população e suprisse as deficiências educacionais, então existentes como a falta de professores e escolas. O Projeto tinha, também, outro objetivo que era solucionar os problemas do desenvolvimento econômico, social e político do país, que na época tinha como “fundo” um período de crescimento econômico, conhecido como “o milagre brasileiro”, onde o pressuposto da educação era de preparação de mão-de-obra para fazer frente a este desenvolvimento e a competição internacional.

Ao observarmos o desenvolvimento do rádio como instrumento educativo podemos chegar a algumas considerações. A primeira é de que somente investimentos financeiros e estruturais não são o suficiente para que um projeto de educação a distância, de abrangência nacional, obtenha resultados positivos. A radiodifusão educativa depende de outros fatores, de suma importância, como a adequação dos conteúdos programáticos aos grupos sociais a serem atingidos e do modelo educacional utilizado. Podemos constatar essas observações se analisarmos os resultados do Projeto Minerva, que, apesar de reunir todos os fatores materiais necessários para sua realização e receber uma quantidade de investimentos financeiros muito maior do que qualquer outra experiência brasileira semelhante, não conseguiu atingir um público justificável. O Movimento de Educação de Base e o FEPLAM, que foram descritos no presente trabalho, formam um exemplo positivo desta afirmação, pois conseguiram realizar atividades mais produtivas e com investimentos inferiores aos do Projeto Minerva, claro que estes dois projetos tiveram uma abrangência muito menor, fator que favoreceu a obtenção dos objetivos propostos.

Outro ponto que podemos destacar é o do modelo de educação a distância utilizado pelo Projeto, que iria influenciar diretamente seus resultados. Fica evidenciado que o modelo de educação não formal é mais adequado aos meios de

comunicação, principalmente em um país com as desigualdades sociais como o Brasil. Os resultados obtidos com os programas do MEB e com alguns programas realizados pela Fundação Educacional Padre Landell de Moura, como o “Mundo Rural” e o “Educação para o Trânsito”, mostram que este tipo de programação educativa – que visa a transmissão de conhecimentos básicos de necessidade para os ouvintes atinge uma parcela muito maior da população do que os programas de educação formal, como os Cursos Supletivos transmitidos pelo Projeto Minerva. Dentro do próprio Minerva podemos ver um exemplo de programa de educação não formal: os Informativos Culturais, que transmitidos entre os intervalos dos cursos regulares obtiveram repercussão muito maior, mostrando-se muito mais eficientes para a educação popular, transmitindo informações sobre conhecimentos gerais e culturais, tendo um tratamento mais leve do que os cursos regulares.

A centralização da produção dos programas radiofônicos também colaborou negativamente para as críticas ao Projeto. Apesar de permitir que os maiores especialistas de cada área produzissem uma programação educativa de alto nível, a unificação dos conteúdos e principalmente dos formatos dos programas não correspondem às necessidades regionais do país. Essa centralização é devida ao desenvolvimento de uma cultura nacional unificada, característico do governo militar, onde a idéia era de ter um país sem fronteiras.

Uma possível solução seria que cada estado participante, tivesse uma equipe capacitada e que pudessem adequar os conteúdos programáticos as suas respectivas realidades regionais. Neste ponto também se destacaram o Movimento de Educação de Base e os programas da FEPLAM, que buscaram se adequar às necessidades cotidianas de cada grupo social e de cada região do país. Esta característica poderia ter sido a chave de sucesso para o Projeto Minerva.

O Projeto mostrou que não basta apenas usar as tecnologias disponíveis como meio de dar aulas diferenciadas, mas sim serem usadas contando com a participação dos envolvidos, partindo da realidade destes, a fim de que lhes dê condições de transformar o meio em que vivem e sua relação com ele, ressignificando suas práticas.

De qualquer maneira, o Projeto Minerva contribui muito para a compreensão e proposição de novas tecnologias educacionais. Se as críticas se concentram nos aspectos negativos do projeto, por outro aponta quais são os cuidados a serem tomados em outras propostas que venham a utilizar o rádio como instrumento educativo.

Respondendo a problemática levantada, crê-se que, por ser o primeiro projeto oficial, o seu implemento foi o pontapé inicial para a utilização do rádio não apenas como instrumento de veiculação de notícias e melodias, mas também como meio eficaz de transmissão de conhecimento à sociedade em nível nacional. As informações resgatadas, não totalmente, mas em grande parte, contribuíram na preservação histórica de uma experiência que poderá ser usada, como modelo para outro projeto que venha a utilizar o rádio como meio de propagar a educação.

Resgatar a história do Projeto Minerva é resgatar parte do histórico da educação a distância no Brasil, é contribuir para a compreensão e proposição de uma tecnologia educacional: o rádio. É apontar os cuidados a serem tomados em outras propostas que venham a ocorrer na educação a distância.

E Independentemente do resultado alcançado por cada uma destas iniciativas, como foi o caso do Projeto Minerva, é necessário reconhecer que a democratização do conhecimento com a utilização do rádio como um meio educativo possibilitou o acesso de uma grande parte a população aos programas educativos e culturais.

Mesmo no mundo globalizado de hoje, muitos brasileiros que moram em diversas regiões do país, não possuem acesso aos meios mais modernos de comunicação. Em função desta realidade, o rádio, ainda hoje, ocupa um papel de destaque na vida destas pessoas. Veículo este que pode ser utilizado não só como meio de entretenimento e informação, mas, sim, como instrumento educativo.

A educação à distância via rádio, portanto, é uma possibilidade e oportunidade de ensino para várias pessoas de diferentes idades e classes sociais

que vêm no rádio uma forma de terem acesso a educação. Em um país com proporções continentais e enorme desigualdade social, como o Brasil, onde somente uma pequena parcela da população tem acesso às condições básicas de educação para seu desenvolvimento, o rádio pode ter uma grande participação nos projetos de educação popular.

Este estudo significou mais do que adquirir conhecimentos, levou-nos a refletir que ainda há muito que investigar como também discutir, o que aprendemos. Nesse sentido, propomos que esta pesquisa não tenha fim em si mesma, sugerimos novos estudos sobre o tema, nos quais se formulem tarefas de modo a envolver outros domínios, além daqueles constantes em nossa investigação.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Katia Morosov. **A educação a distância no Brasil: a busca de identidade.** Disponível em: <<http://www.nead.ufmt.br/documentos/ldent.doc>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

ALVES, João Roberto Moreira. **A educação a distância no Brasil: síntese histórica e perspectivas.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1994.

BLOIS, Marlene Montezi. **Por que Roquette Pinto lutou pelo Rádio?** Disponível em:<<http://www.usp.br/educomradio/download/boletim16.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

BLOIS, Marlene, **Florescem as FM Educativas no Brasil. Radiografia do radioeducativo no Brasil e os fatores favoráveis à ocupação dos canais de FM educativos.** Rio de Janeiro: UGF, 1996. Tese de Livre-Docência em Comunicação Televisão e Rádio. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1996.

BORDENAVE, J. E.D. **Teleducação ou educação a distância.** Petrópolis: Vozes, p. 77,1987.

BORDENAVE, J.E.D. **Além dos meios e mensagens. Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência.** Petrópolis: Vozes. p.110, 1983.

BRUM, Eron. **Política, o palco da simulação.** Santos, A Tribuna, 1988.

BURINE, Débora; MOURA, Jefferson José Ribeiro. **Sala dos professores, uma experiência de comunicação dialógica através do rádio.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28. 2005. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005.

CASTRO, Márcia Prado. **O Projeto Minerva e o desafio de ensinar matemática via rádio.** Tese de Mestrado apresentada à Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: USP, 2007.

CASTRO, R. **“Roquette-Pinto: O homem multidão”.** Revista especial dos 60 anos da Rádio MEC. Rio de Janeiro: Fundação Roquette-Pinto, p. 40, 1996.

CASTRO, Ruy. **Roquette-Pinto: o homem multidão.** Disponível em: <http://aminharadio.com.sapo.pt/brasil80_roquette.html>. Acesso em: 26 abr. 2010.

CHAVES, Eduardo O. C. **Tecnologia na educação, ensino a distância, e**

aprendizagem mediada pela tecnologia: conceituação básica. Nov. 1999.

CORAZZA, Helena. **Comunicações e relações de gênero em práticas radiofônicas.** São Paulo: Paulinas, 2000.

COSTA, Maria Aída B. Costa; JACCOUD, Vera; COSTA, Beatriz. MEB: **Uma história de muitos.** Petrópolis: Vozes, 1986.

CUQUEJO, M. A. **Boa Saúde: Uma experiência em rádio educativo.** Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da UFRJ, p. 81, 1981. Dissertação. (Mestrado em comunicação Social)

EDUCABRASIL – **Dicionário Interativo da Educação Brasileira.** Projeto Minerva. Documento eletrônico. Disponível em. Acesso em 29 de dez. 2009.

ESPINHEIRA, Ariosto. **Rádio e Educação.** São Paulo, Melhoramento, p. 53, 1934.

ESTADO DE SÃO PAULO – **Projeto Minerva terá substituto.** São Paulo, 1991.

FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. **História da comunicação: rádio e TV no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1982.

FUNDAÇÃO Educacional e Cultural Padre Landell de Moura. **Uma escola sem paredes.** 29 anos de teleducação. Porto Alegre: FEPLAM, p.42, 1996.

GRINBERG, M. S. (org.). **A comunicação alternativa na América Latina.** Petrópolis: Vozes. p.128, 1987.

HORTA, J. S. B. **Histórico do Rádio Educativo no Brasil (1922/1970).** Cadernos da PUC – RJ. Tópicos em Educação. Série Educação. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, n.10, p. 73-124, 1972.

LEAL, Maria Cristina. **Nas ondas da razão e da ciência: a radioeducação como instrumento da modernidade no Brasil dos anos 20 aos 50.** Disponível em: <www.moderna.com.br/artigos/história/0001>. Acesso em: 13 Jan. 2010.

LIMA, Reginaldo Pires de. **Um estudo das tecnologias voltado às mudanças históricas da educação.** Dissertação (mestrado em Educação) Universidade Regional de Blumenau, Blumenau. p. 104, 2003.

MARTINS, Onilza B. **A educação a distancia e a democratização do saber.** Petrópolis: Vozes, 1991.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação: como extensão do homem.** São Paulo: Cultrix, 1964.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "**MEB (Movimento de Educação de Base)**" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

MONTEIRO, Claudia Guerra. **O papel educativo dos meios de comunicação.** Disponível em: <http://www.ipv.pt/forumedia/3/3_fi3.htm>. Acesso em: 8 fev. 2010

MOREIRA, S. V. **O Rádio no Brasil.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora. O Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC. Apostila. Rio de Janeiro: Setor de Pesquisa da Rádio MEC. p.80, 1999.

NETTO, Luiz. **Roberto Landell de Moura: pioneiro das telecomunicações.** Disponível em: <<http://www.rlandell.hpg.ig.com.br/portugues.htm>>. Acesso em: 3 maio. 2010.

NISKIER, Arnaldo. **O impacto da tecnologia.** Rio de Janeiro: Bloch, 1972.

PAVAN, Alexandre. **Em busca de sintonia.** Revista Educação, São Paulo, Editora Segmento, edição n. 246, 2001. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_revistas/revista_educacao/outubro01/capa.htm>. Acesso em: 22 mai. 2010.

PINTO, Maria Lúcia Leite. **As escolas radiofônicas: ação política e educativa da igreja católica do Rio Grande do Norte.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1989.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Rádio no Brasil. Documento eletrônico.** Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/historia-do-radio/radio-no-brasil.php>>. Acesso em 27 de jan. 2010.

Projeto Minerva. Apostila. Rio de Janeiro: Setor de Pesquisa da Rádio MEC

RÁDIO MEC. Disponível em: <<http://www.radiomec.com.br>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

SOARMEC. *Entrevista com Marlene Blois.* Disponível em: <<http://www.soarmec.com.br/marleneblois2.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2010.

TAVARES, R. C. **Histórias que o Rádio não contou.** 2 ed. São Paulo: Editora Harbra, p. 309, 1999.

TORI, R. A distancia que aproxima. **Revista Brasileira de aprendizagem aberta e a distância.** Disponível em:

<<http://www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=608&sid=69&UserActiveTemplate=1por>>. Acesso em: 03 abr.2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **O rádio como meio de comunicação: breve histórico.** Disciplina Tecnologias em Mídia & Conhecimento. Documento eletrônico. Disponível em: www.tede.ufsc.br/teses/PARQ0098-D.pdf Acesso em 27 de jan. 2010.

_____. **Tecnologia educacional:** uma visão política. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Educação a distância:** a tecnologia da esperança. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *Entrevista com Renato Rocha.* Disponível em: <<http://www.soarmec.com.br/renato.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2010.

_____. **O papel do rádio na era digital.** Disponível em: <<http://www.comidia.ufrn.br/toquederadio/html/artigo13.htm>>. Acesso em: 12 mai. 2010.